



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO / 2011



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno

Porto Alegre, 25-03-2011.



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASPLAN – Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional
BI – Business Intelligence
CADMI – Coordenadoria de Comunicações Administrativas
CFC – Cloro Flúor Carbono
CLCON – Coordenadoria de Licitações e Contratos
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COAAD – Coordenadoria de Apoio Administrativo
COBIT – Control Objectives for Information e Related Tecnology
CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento
COMAP – Coordenadoria de Material e Patrimônio
COPEs – Coordenadoria de Pessoal
COTEC – Coordenadoria Técnica
CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
CRONO – Sistema de consulta/realização de tarefas
CVC – Central Virtual de Comunicação
DEJERS – Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul
DG – Diretor Geral
DN – Decisão Normativa
EAD – Ensino à Distância
FILIAWEB – aplicação desenvolvida pela Justiça Eleitoral para que os partidos e o cidadão possam interagir de forma *on-line* com o Sistema de Filiação Partidária
GEDES – Sistema de Gestão de Desempenho
GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública
GestorWeb – Sistema de Gerenciamento de Mensagens Eletrônicas
IN – Instrução Normativa
ITIL – Information Technology Infrastructure Library
JE – Justiça Eleitoral
JEP – Justiça Eleitoral Presente
LOA – Lei de Orçamento Anual
MP – Ministério Público
NED – Nível Esperado de Desempenho
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAE – Processo Administrativo Eletrônico
PASS – Programa de Acompanhamento à Saúde do Servidor
PE – Planejamento Estratégico
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PIA – Programa de Instrução e Ambientação
PSI – Política de Segurança da Informação
Res. – Resolução
RS – Rio Grande do Sul
SA – Secretaria de Administração do TRE-RS
SACEL – Sistema de Antecedentes Criminais Eleitoras
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAMOA – Seção de Assistência Médica, Odontológica e Ambulatorial



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

SEAMP – Seção de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial
SEARQ – Seção de Arquivo
SECAM – Seção de Controle Administrativo
SECOM – Seção de Compras
SEMAN – Seção de Manutenção
SEMOX – Seção de Almoxarifado
SEPAT – Seção de Patrimônio
SEXPE – Seção de Expedição
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SICEL – Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais
SIEL – Sistema de Informações Eleitorais
SIMBA – Sistema Integrado de Manutenção, Busca e Atendimento
Sistema ELO – Sistema que unifica em uma ferramenta, formada de módulos, as atividades relativas ao cadastro eleitoral.
SLA – *Service Level Agreement*
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
STRAS – Seção de Transporte e Segurança
TCU – Tribunal de Contas da União
TEATRE – Teatro Institucional do Tribunal Regional Eleitoral
TI – Tecnologia da Informação
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TRE-BA – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UF – Unidade Federativa
UJ – Unidade Jurisdicionária
ZE – Zona Eleitoral



LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

QUADRO 1 – Execução Física das ações realizadas pela UJ	38
QUADRO 2 – Identificação das Unidades Orçamentárias	40
QUADRO 3 – Programação das Despesas Correntes	40
QUADRO 4 – Programação das Despesas de Capital	41
QUADRO 5 – Resumo da Programação das Despesas	41
QUADRO 6 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	43
QUADRO 7 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ ...	44
QUADRO 8 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	45
QUADRO 9 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	46
QUADRO 10 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	49
QUADRO 11 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	50
QUADRO 12 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	51
QUADRO 13 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	63
QUADRO 14 – Composição do quadro de Recursos Humanos	64
QUADRO 15 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	65
QUADRO 16 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	65
QUADRO 17 – Composição do Quadro de servidores inativos	66
QUADRO 18 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	66
QUADRO 19 – Composição do Quadro de Estagiários	67
QUADRO 20 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	67
QUADRO 21 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	68
QUADRO 22 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	69
QUADRO 23 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	70
QUADRO 24 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	75
QUADRO 25 – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de TI e na contratação de serviços ou obras	77



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

QUADRO 26 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	78
QUADRO 27 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	78
QUADRO 28 – Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	83
QUADRO 29 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	85
QUADRO 30 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	86
QUADRO 31 – Relação de diretórios de partidos no Estado	89
QUADRO 32 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos	94
QUADRO 33 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência	95
QUADRO 34 – Diretórios estaduais que não prestaram contas relativas ao exercício de 2009	96
QUADRO 35 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos	96



SUMÁRIO

<u>Organograma Funcional</u>	10
<u>Introdução</u>	13
<u>A – Conteúdo Geral</u>	17
<u>Informações Gerais sobre a Gestão</u>	17
<u>1 - Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada, código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; código e nome das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI</u>	17
<u>2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade</u>	24
<u>A - Responsabilidades Institucionais da Unidade</u>	24
<u>1 – Competência Institucional</u>	24
<u>2 - Objetivos estratégicos – Planejamento Estratégico 2010-2014</u>	28
<u>B - Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</u>	29
<u>1 - Análise do andamento estratégico do órgão</u>	29
<u>2 – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</u>	29
<u>C – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</u>	38
<u>1 – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ</u>	38
<u>2 – Execução física das ações realizadas pela UJ</u>	38
<u>D – Desempenho Orçamentário e Financeiros</u>	40
<u>1 – Programação Orçamentária das Despesas</u>	40
<u>2 – Execução Orçamentária das Despesas</u>	44
<u>3 – Indicadores Institucionais</u>	53
<u>4 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</u>	63
<u>5 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas</u>	64
<u>A - Composição do quadro de servidores ativos</u>	64
<u>B - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas</u>	66
<u>C - Composição do quadro de estagiários</u>	67



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

<u>D – Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....</u>	<u>67</u>
<u>E – Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....</u>	<u>68</u>
<u>F – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....</u>	<u>70</u>
<u>7 – Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....</u>	<u>74</u>
<u>8 – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas – Anexo I.....</u>	<u>75</u>
<u>9 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....</u>	<u>75</u>
<u>10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia de informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.....</u>	<u>76</u>
<u>11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....</u>	<u>78</u>
<u>12 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....</u>	<u>83</u>
<u>13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.....</u>	<u>84</u>
<u>15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....</u>	<u>85</u>
<u>16- Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....</u>	<u>86</u>
<u>17 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....</u>	<u>87</u>
<u>B - Informações contábeis que devem compor o Relatório de Gestão.....</u>	<u>88</u>
<u>1 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada – Anexo II.....</u>	<u>88</u>
<u>C - Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins.....</u>	<u>89</u>



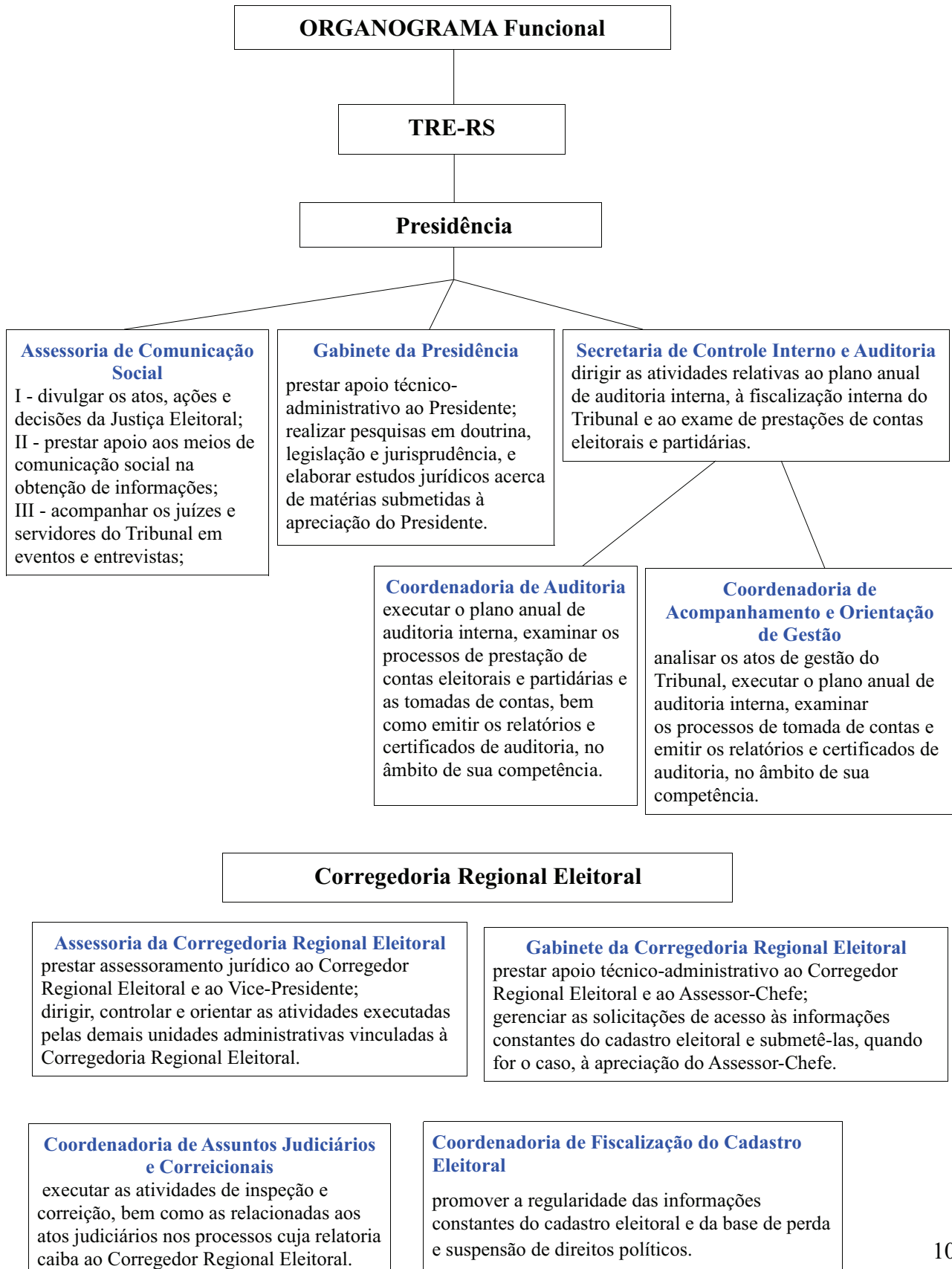
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

<u>Informações específicas a constar do Relatório de Gestão.....</u>	89
<u>1 - Vinculadas à Justiça Eleitoral – Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos Art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.....</u>	89
<u>Conclusão.....</u>	98
<u>Anexos.....</u>	100
<u>Anexo I - Declarações da Unidade de Pessoal.....</u>	100
<u>Anexo II - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada.....</u>	102



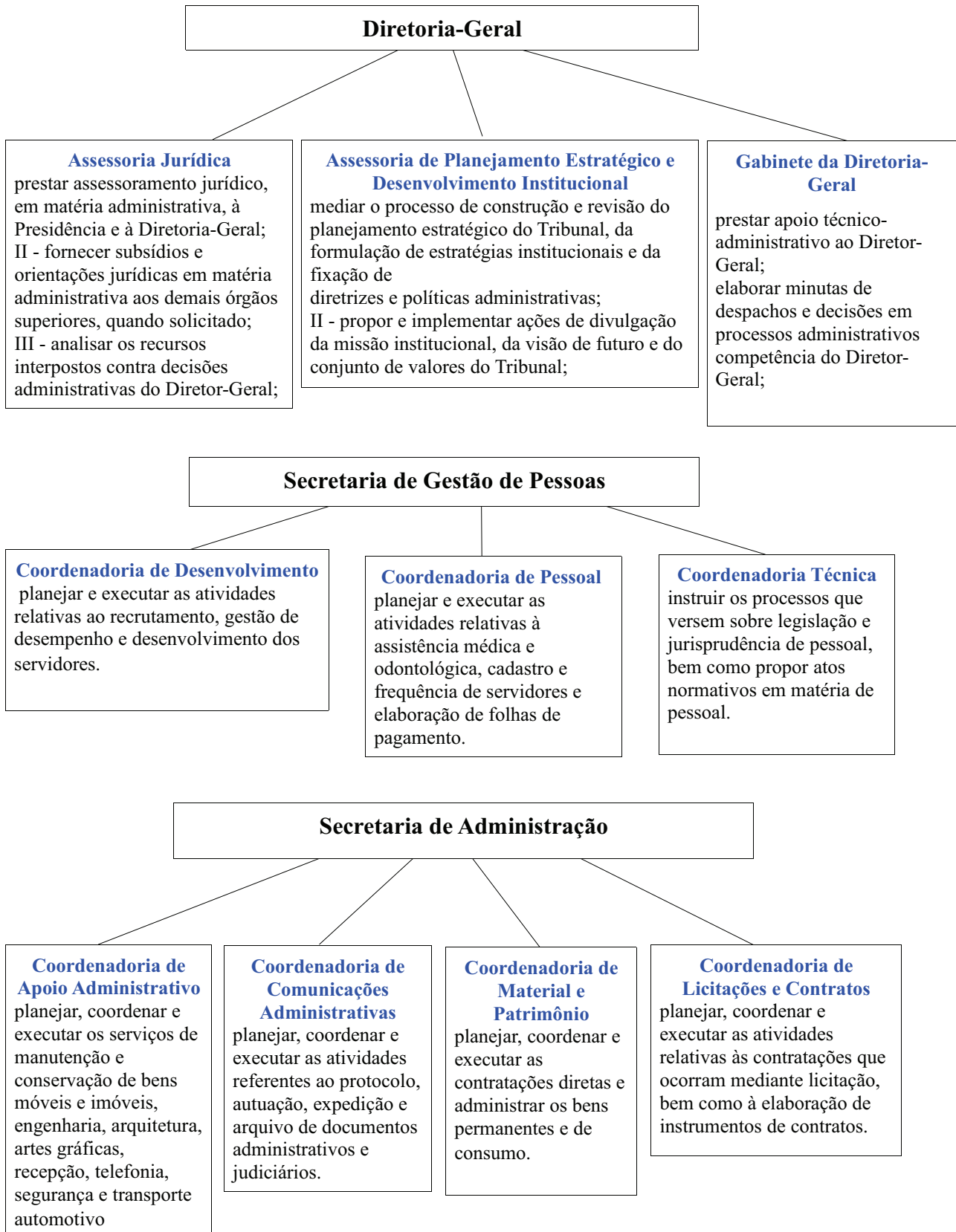
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Organograma Funcional



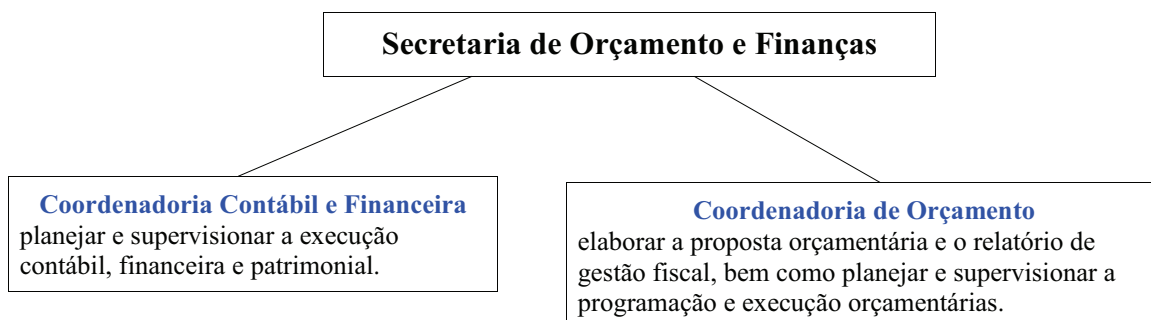
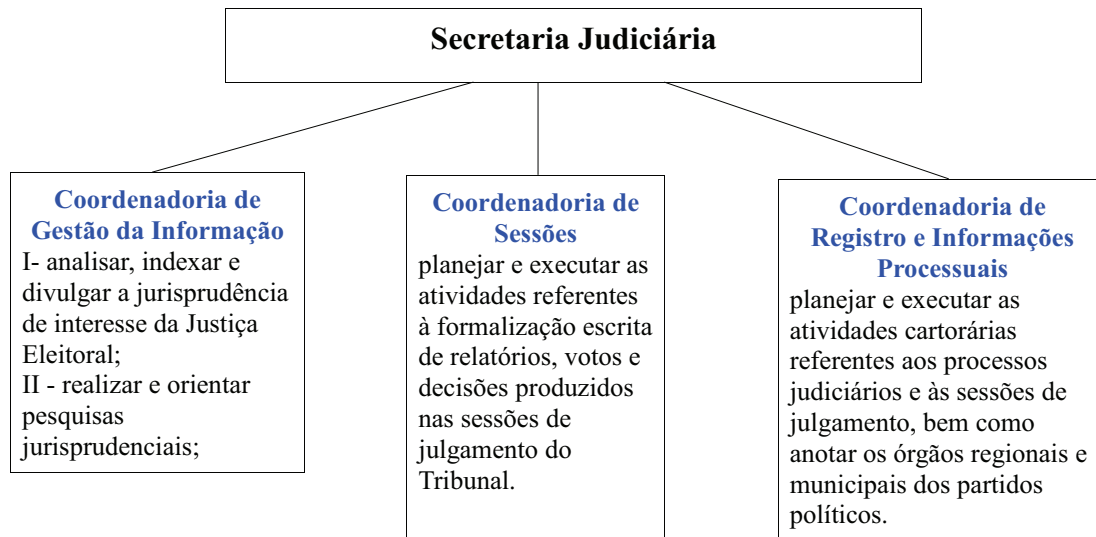
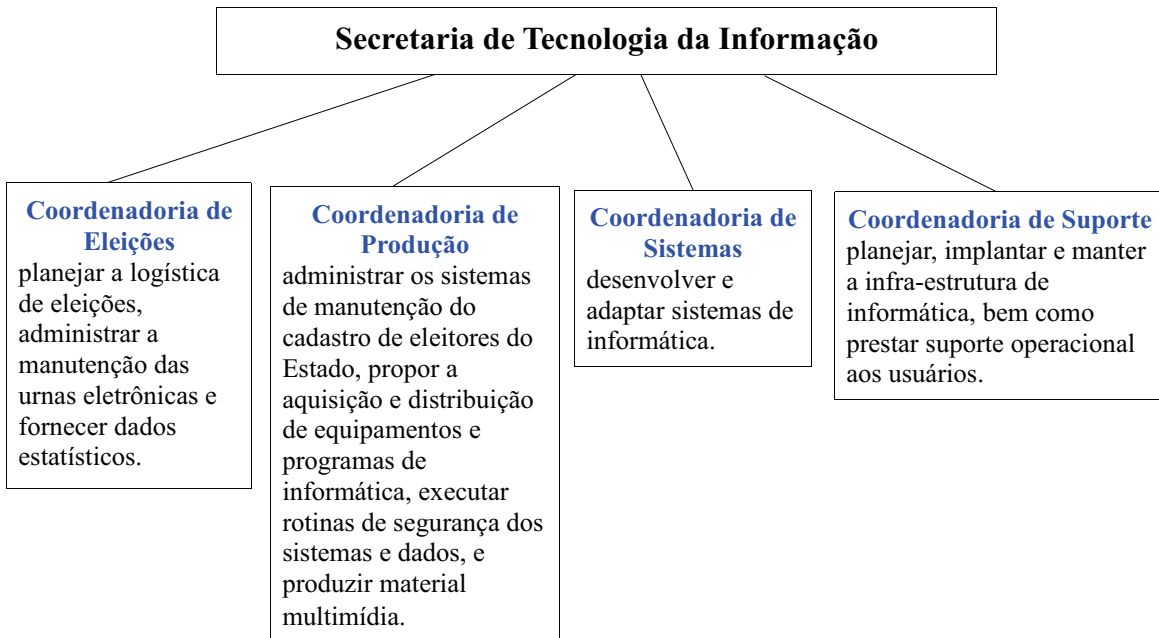


Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010





Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010





Introdução

O Relatório de Gestão contém as informações solicitadas no Anexo II da Decisão Normativa n. 107/2010, Parte A – Conteúdo Geral: itens 1, 2, 4, 5, 7 até 13 e 15 até 17, parte B - Informações Contábeis da Gestão: item 1 e parte C - Conteúdo Específico da Unidade Jurisdicionada: item 1.

Não se aplicam à realidade deste órgão os itens 3, 6 e 14 da parte A - Conteúdo Geral, itens 2, 3, 4 e 5 da parte B - Informações Contábeis da Gestão e itens 2 até 36 da parte C – Conteúdo Específico da Unidade Jurisdicionada.

Justificativas dos itens que não se aplicam:

Parte A: item 3 – a UJ não possui reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; item 6 – a UJ não possui transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres vigentes no exercício de referência; item 14 – a UJ não possui renúncia tributária;

Parte B: itens 2 a 5 – a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 exige apenas a apresentação do item 1.

Parte C: itens 2 a 36 - a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 exige apenas o item 1 para as Unidades Vinculadas à Justiça Eleitoral.

Justificativas de itens que se aplicam mas não houve ocorrência:

Item 16 - Durante o exercício de 2010, não houve recomendação em nota de auditoria realizada pela unidade de controle interno, a demandar providências pelo Tribunal Regional Eleitoral do RS, razão pela qual os quadros “Relatório de cumprimento das recomendações do OCI” e “Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício” não restaram preenchidos.

Relativamente às ações efetivas do Tribunal, pode-se salientar a pronta-entrega do título eleitoral, a segurança do voto, a agilidade propiciada ao eleitor ao se alistar e ao votar, o início do recadastramento biométrico na Justiça Eleitoral e o julgamento célere dos processos, o que demonstra o cumprimento da missão institucional de :“**Assegurar à sociedade o livre exercício dos direitos políticos do cidadão e a expressão fiel de sua vontade.**”

No que tange às principais realizações no exercício destacam-se:

1. Execução das eleições gerais;
2. Pesquisa de satisfação do eleitor com abrangência estadual;
3. Realização da autoavaliação da instituição;
4. Monitoramento do Plano Estratégico;
5. Monitoramento dos sistemas de Tecnologia da Informação;
6. Implantação do sistema de acompanhamento de documentos e processos nas Zonas Eleitorais;
7. Implantação do sistema de antecedentes e benefícios criminais eleitorais;



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

8. Realização do Encontro dos Juízes Eleitorais preparatório às Eleições de 2010;
9. Realização do XXVI Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais e dos Representantes das Corregedorias Eleitorais;
10. Realização do Programa das Eleições 2010;
11. Medição do número de acessos aos serviços virtuais;
12. Desenvolvimento de aplicativos para avaliação da comunicação com a sociedade;
13. Criação do FAQ – *Frequently asked questions*;
14. Construção do Datacenter;
15. Adequação da infraestrutura de comunicação de dados;
16. Julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2007;
17. Realização de 53 eventos do projeto Conhecendo a Justiça Eleitoral;
18. Ampliação de melhorias estruturais nas Zonas Eleitorais;
19. Implantação de melhorias propostas pela Administração em relação ao resultado de pesquisa de clima organizacional;
20. Planejamento das aquisições de materiais e solicitação de forma unificada;
21. Continuidade da implantação do projeto de contratação de sistemas de alarmes e serviços de monitoramento nos Cartórios Eleitorais;
22. Implantação do PAE – Processo Administrativo Eletrônico;
23. Cadastramento biométrico em Canoas;
24. Realização do vídeo “Voto Biométrico – o desafio no RS”;
25. Inauguração do Canal TRE-RS para divulgação de vídeos institucionais;
26. Ampliação do projeto “Justiça Eleitoral Presente”;
27. Elaboração de projeto de criação de programa de líderes;
28. Práticas visando à sustentabilidade ambiental;
29. Termo de concessão remunerada com o Tribunal de Justiça do RS visando a alocação de cartórios eleitorais no interior do Estado;
30. Realização e homologação de concurso público;
31. Modernização da frota do TRE/RS;
32. Criação da EJE- Escola Judiciária Eleitoral;
33. Desenvolvimento do PIA – Programa de Instrução e Ambientação aos novos servidores.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ:

O recadastramento biométrico demandou um esforço concentrado de todas as Unidades do Tribunal para a consecução do objetivo principal: cadastrar quase 300.000 eleitores no município de Canoas. Embora a Justiça Eleitoral tenha disponibilizado servidores, local apropriado, parceria com a Prefeitura local e plantões durante todo o período compreendido entre novembro de 2009 a maio de 2010, a grande maioria dos eleitores deixou para a “última hora” o seu registro, provocando enormes filas e concentração de pessoas nos dias finais.

A parceria com a Prefeitura de Canoas merece destaque, pois as despesas com instalações,



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

estagiários e todo o apoio logístico foi suportado pelo Executivo Municipal. Ao TRE coube o planejamento de todas as ações, a supervisão, os serviços de adaptação do imóvel, o transporte dos servidores e demais custos relacionados ao evento.

A votação no dia da eleição (primeiro turno) em Canoas apresentou problemas em relação ao tempo de votação que foram corrigidos no segundo turno. Nos outros municípios do Estado a eleição transcorreu normalmente.

Em relação aos outros objetivos da UJ não houve maiores dificuldades na sua realização.

Planos e projetos concretos para o exercício de 2011:

1. Continuação do cadastramento biométrico no Estado;
2. Posse dos novos servidores;
3. Execução do PIA – Programa de instrução e ambientação aos novos servidores;
4. Atualização do Manual de Procedimentos Cartorários;
5. Atualização do Roteiro de Procedimentos Cartorários das Execuções Fiscais e Procedimentos Judiciais;
6. Ampliação do contingente de cartórios do interior com monitoramento de alarmes;
7. Avaliação da gestão dos contratos;
8. Reformas estruturais nos prédios próprios;
9. Padronização da infraestrutura das Zonas Eleitorais;
10. Implantação de critérios para aquisição de materiais visando a questão da sustentabilidade;
11. Projeto de elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos;
12. Desenvolvimento do Sistema Geral de Eleições;
13. Informatização do processo de eleições parametrizadas;
14. Implantação do Portal da Justiça Eleitoral em conformidade com o TSE;
15. Adaptação do Sistema de Informações Eleitorais em nível nacional;
16. Formalização de processo para desenvolvimento de softwares;
17. Implantação do Portal dos Magistrados;
18. Desenvolvimento do Sistema de tratamento dos conscritos no cadastro eleitoral;
19. Desenvolvimento de ferramenta de agendamento para atendimento ao eleitor;
20. Atualização do parque computacional dos cartórios eleitorais;
21. Ampliação da acessibilidade aos usuários deficientes visuais;
22. Ampliação do Datacenter;
23. Substituição da infraestrutura de virtualização;
24. Alteração de domínio de tre-rs.gov.br para tre-rs.jus.br;
25. Implantação de sistema de web conferência;



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

26. Criação do projeto “LCD Plenário”;
27. Criação do Centro de Memória da Justiça Eleitoral;
28. Criação da Memória Oral do TRE/RS;
29. Cumprimento das metas do CNJ;
30. Realização da autoavaliação da instituição dentro do modelo de excelência do GESPÚBLICA;
31. Execução do mapeamento de processos;
32. Monitoramento e revisão do Plano Estratégico;
33. Aplicação de pesquisa de satisfação do eleitor, com abrangência estadual;
34. Programa de Gestão do Clima Organizacional;
35. Programa de Desenvolvimento de Líderes;
36. Programa de Preparação para a Aposentadoria;
37. Programa de Acompanhamento à Saúde do Servidor.

Na gestão do exercício, cabe destacar os índices de confiança no processo eleitoral (83,4%), taxa de congestionamento (92,42%), satisfação da população gaúcha em relação ao TRE (95,7%), ações de responsabilidade sócio-ambiental (21,39%), fale com o TRE – satisfação (83%), infraestrutura das Zonas Eleitorais (84,64%), infraestrutura na Secretaria (85,12%), avaliação de desempenho (87,85%), execução orçamentária (99,05%), pagamentos no vencimento (100,00%); índice de Restos a Pagar inscritos e pagos (92,61%) e custo de eleições (R\$ 1,88/eleitor).

Por fim, impende salientar que o contingenciamento de recursos e a incerteza quanto à possibilidade de descontingenciamento causam sérios e previsíveis prejuízos à execução do planejamento orçamentário anualmente, ensejando licitações realizadas em final de exercício e, por decorrência, aumento de inscrições de valores em Restos a Pagar, na tentativa de minimizar os negativos efeitos na gestão.



A – Conteúdo Geral

Informações Gerais sobre a Gestão

1 - Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada, código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; código e nome das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Justiça Eleitoral		Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul		
Denominação abreviada: TRE/RS		
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI: 070021
Situação: Em funcionamento		
Natureza Jurídica: Órgão do Poder Judiciário Federal		
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 8423-0/00
Telefones / Fax de contato	Telefone: (051) 32169408	Fax: (051) 32169508
Endereço Eletrônico: presidencia@tre-rs.gov.br		
Página na Internet: www.tre-rs.jus.br		
Endereço Postal: Rua Duque de Caxias, 350 – Centro – Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-280		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:		
Decreto-Lei nº 7586/45.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada:		
1. Auxílio Alimentação		
– Lei n. 8.460/92, de 17 de setembro de 1992		
– Resolução TSE n. 22.071/05, de 22 de setembro de 2005, alterada pela Resolução TSE n. 22.720/08, de 4 de março de 2008 e pela Resolução TSE n. 23.237/2010, de 30 de março de 2010		
– Resolução TSE n. 22.315/06, de 1º de agosto de 2006		
2. Auxílio Funeral		
– Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (arts. 226, 227 e 241)		
– Entendimento Administrativo TRE/RS n. 130/2004		
3. Auxílio Natalidade		
– Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 196)		
– Ofício-Circular MARE/SRH n. 11/96, de 21 de novembro de 1996		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

4. Auxílio Pré-escolar

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (art. 7, XXV)
- Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990
- Decreto n. 977/93, de 10 de setembro de 1993
- Resolução TSE n. 23.116, de 22 de setembro de 2009

5. Auxílio Transporte

- Lei n. 7.418/85, de 16 de dezembro de 1985
- Medida Provisória n. 2.165-35/01, de 26 de julho de 2001
- Resolução TSE n. 22.697/08, de 14 de fevereiro de 2008, alterada pela Resolução TSE n. 23.055/09, de 19 de maio de 2009
- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 074/2004, 107/2005

6. Diárias

- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (arts. 51, II, 58 e 59)
- Resolução TSE n. 23.323/2010, de 19 de agosto de 2010
- Resolução TSE n.178/2008, de 4 de novembro de 2008, homologada pela Resolução TSE n. 22.968, de 4 de novembro de 2008
- Portaria TSE n. 546/08, alterada parcialmente pela Portaria TSE n. 311/09, de 8 de maio de 2009
- Portaria TSE n. 255, de 10 de maio de 2010
- Instrução Normativa TRE/RS n. 20/2010, de 22 de novembro de 2010

7. DIRF/ Comprovante de Rendimentos

- IN RFB 994/10, de 25 de janeiro de 2010
- IN RFB 983/09, de 21 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB n. 1.016/10, de 5 de março de 2010 e INRFB n. 1.018, de 10 de março de 2010

8. Férias

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (art 7º, XVII)
- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 76)
- IN TRE-RS DG n. 11/09, de 9 de março de 2009
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 32/03, de 7 de julho de 2003
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 38/03, de 20 de outubro de 2003
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 40/03, de 9 de dezembro de 2003, modificado em 3 de outubro de 2007
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 48/04, de 19 de fevereiro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 49/04, de 19 de fevereiro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.50/04, de 19 de fevereiro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.81/04, de 26 de outubro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.82/04, de 29 de outubro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.84/04, de 29 de outubro de 2004
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.101/05, de 27 de junho de 2005
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.102/05, de 27 de junho de 2005
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.104/05, de 23 de junho de 2005
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.105/05, 28 de março de 2005
- Entendimento Administrativo TRE-RS n. 122/06, de 11 de dezembro de 2006
- Entendimento Administrativo TRE-RS n.134/07, de 31 de agosto de 2007

9. Horário Especial ao Servidor Estudante

- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 98, § 1º)
- IN TRE-RS P n. 15/09, de 16 de julho de 2009

10. Licença à adotante

- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 210)
- Lei n. 11.770/08, de 9 de setembro de 2008
- IN TRE-RS P n. 10/08, de 30 de setembro de 2008

11. Licença à gestante

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (art. 7º, XVIII)
- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 207 e 209)
- Lei n. 11.770/08, de 9 de setembro de 2008
- IN TRE-RS P n. 10/08, de 30 de setembro de 2008



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Instrução Normativa P n. 10/2008
- Entendimento Administrativos TRE/RS n. 110/2003

12. Licença para tratamento da própria saúde

- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (arts. 202, 203 e 204)
- IN TRE-RS DG n. 12/09, de 22 de julho de 2009

13. Licença paternidade

- Lei n. 8.112/90, art. 208
- Entendimento TRE-RS n. 75/2004

14. Licença por doença em pessoa da família

- Lei n. 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 83), com redação da Lei n. 11.907, de 2 de fevereiro de 2009
- IN TRE-RS DG n. 12/09, de 22 de julho de 2009
- Entendimento TRE-RS n. 146/2010
- Entendimento TRE-RS n. 148/2010

15. Perícias Médicas

- IN TRE-RS DG 12/09, de 22 de julho de 2009

16. Programa de Assistência à Saúde – PAS

- Lei 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 (art. 230)
- Resolução TRE-RS n. 132/03, de 1º de junho de 2003
- Contrato TRE-RS n. 6/07, de 14 de junho de 2007
- Contrato TRE-RS n. 49/09, de 16 de dezembro de 2009
- Decreto 6856/09, de 26 de maio de 2009
- Portaria INSS 110/10, de 5 de março de 2010
- Entendimento TRE-RS n. 147/2010

17. RAIS

- Portaria MTE 2590/09, de 31 de dezembro de 2009

18. Substituição

- Resolução TRE-RS n. 144/04, de 7 de outubro de 2004

19. Requisição

- Resolução TSE n. 23.255, de 29 de abril de 2010
- Ofício-Circular n. 7/90 da extinta Secretaria da Administração Federal
- Instrução Normativa TRE/RS P n. 7/2008

20. Remoção

- Resolução TSE n. 23.092/09
- Instrução Normativa P n. 9/2008
- Entendimento n. 109/2005

21. Vacância

- Resolução TSE n. 19.130/1998
- Resolução TSE n. 22.071/2005
- Resolução n. 114, do Conselho de Justiça Federal
- Entendimento n. 113/2005

22. Estágio Probatório

- Resolução TSE n. 22.582/2007
- Instrução Normativa P n. 6/2007
- Instrução Normativa DG n. 10/2008
- Entendimentos Administrativos n. 7/1998 e 34/2004

23. Programa de Estágio e Serviço Voluntário

- Resolução TRE/RS n. 196/2010



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

24. Provedimento de cargo público

- Resolução 159/2006
- Resolução 143/2004

25. Promoção e Progressão

- IN TRE/RS P n. 8/2008
- Resolução TSE n. 22.582/2007

26. Adicional noturno

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 4/1996, 73/2004

27. Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas

- Entendimento Administrativo n. 36/2003

28. Afastamento para juri outros serviços obrigatórios por lei

- Entendimentos Administrativos ns. 41/2003, 133/2007

29. Atendimento Prioritário

- Resolução TRE/RS n. 183/2009

30. Ausência por motivo de falecimento

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 044/2004, 047/2004

31. Ausência para doação de sangue

- Entendimento Administrativo TRE/RS ns.: 36/2003

32. Ausência por motivo de casamento

- Entendimentos Administrativos ns.: 116/2006, 130/2004

33. Consignações, reposições e compensações

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 011/99, 026/2002, 052/2004, 068/2004, 095/2005, 096/2005, 112/2005, 138/2008, 142/2008

34. Curso de formação

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 15/2000, 105/2005, 129/2007

35. Gratificação natalina

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 6/1998, 33/2003, 43/2004, 77/2004, 137/2008

36. Impedimentos

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 106/2006, 126/2007, 127/2007

37. Jornada de trabalho, horário de funcionamento, compensação de horas

- Resolução CNJ n. 88/2009 – jornada de trabalho
- Portaria TRE/RS P n. 35/2009 – horário de funcionamento da Secretaria e Zonas
- Entendimentos Administrativos ns. 003/96, 016/2000, 027/2000, 039/2003, 042/2003, 054/2004, 062/2004, 066/2004, 067/2004, 141/2008
- Instrução Normativa TRE/RS DG n. 3/2004 – procedimentos para compensação de horário

38. Juros e correção monetária

- Resolução TRE/RS n. 161/2006 – atualização monetária
- Resolução TRE/RS n. 169/2007 – juros moratórios
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 119/2006

39. Licença para capacitação

- Instrução Normativa TRE/RS P n. 14/2009
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 143/2009



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

40. Licença para tratar de interesses particulares

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 40/2007, 137/2008

41. Licença para desempenho de mandato classista

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 52/2004

42. Licença prêmio assiduidade

- Entendimentos Administrativos TRE/RS ns. 17/2001, 90/2003
- Entendimento TRE-RS n. 145/2010

43. Processo administrativo

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 031/2003

44. Serviço extraordinário

- Resolução TSE n. 22.901/2008
- Entendimentos Administrativos – TRE/RS ns. 3/1996, 16/2001, 27/2002
- Instrução Normativa TRE P n. 1/2004

45. Teto remuneratório

- Resolução CNJ n. 13/2006
- Resolução CNJ n. 14/2006

46. Vantagem Pecuniária Individual

- Resolução TRE/RS n. 172/2008

47. Regulamento Interno da Secretaria do TRE-RS

- Regulamento Interno da Secretaria do TRE-RS, de 19 de dezembro de 1997, publicado no DJ/TJ nº 1277 de 29/12/1997.
- Resolução n. 195/2009 – TRE-RS, de 16 de dezembro de 2009
- Resolução n. 206/2011 – TRE-RS, de 14 de março de 2011

48. Regimento Interno do TRE-RS

- Regimento Interno do TRE-RS, de 12 de novembro de 1997, publicado no DJ/TJ nº 1265 de 09/12/1997.

49. Planejamento Estratégico

- Resolução TRE-RS n. 193/2009

50. Contratos

- IN n. 9/08 da Diretoria-Geral do TRE-RS
- IN n. 13/10 da Diretoria-Geral do TRE-RS

51. Processo Administrativo Eletrônico

- IN n. 19/10 da Presidência do TRE-RS sobre o PAE

52. Averbação de Tempo de Serviço

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 51/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 064/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 067/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 069/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 103/2005
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 114/2005
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 121/2005
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 131/2007

53. Inclusão de Dependente nos Assentamentos Funcionais

- Resoluções TRE/RS n. 132/2003 e n. 164/2007
- Entendimentos Administrativos TRE/RS n. 111/2005 e n. 140/2008



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

54. Isenção Imposto de Renda e PSSS

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 117/06
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 124/2006

55. Pagamento de diferenças salariais para sucessores

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 144/09

56. Abono de Permanência:

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 063/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 059/2004

57. Aposentadoria: somente normas legais.

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 035/2003
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 076/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 077/2004
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 087/2005
- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 088/2005

58. Pensão por Morte: somente normas legais.

- Entendimento Administrativo TRE/RS n. 130/2004

59. Legislação de contratação e compras

- Resolução TSE n. 23.234/10 sobre regras e diretrizes para contratação de serviços
- IN n. 02/08 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre contratação de serviços
- Instrução Normativa nº 04, de 19 de Maio de 2008 - dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

60. Legislação sistêmica da área de TI e de Governo Eletrônico

- Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005 – dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração federal por meio da Internet;
- Portaria Normativa nº 05, de 14 de Julho de 2005 - institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico(e-PING);
- Portaria nº 03, de 07 de Maio de 2007 - institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).
- Portaria nº 11 – SLTI/MPOG, de 30 de dezembro de 2008 - Aprova a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP na versão de 2008, (PDTI).

61. Normas Emitidas pelo TSE

- Resolução TSE 23238 de 30 de abril de 2010 – Aprova o planejamento estratégico de tecnologia da informação para o período de 2010 – 2014.
- Resolução TSE 23212 de 10 de março de 2010 – Aprova as metas de nivelamento da tecnologia da informação

62. Normas Emitidas pelo TRE/RS

- Resolução TRE 193 de 16 de dezembro de 2009 - Aprova o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul para o período de 2010 a 2014.
- Resolução TRE 19 de 27 de abril de 2010 - Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do TRE-RS para o período de 2010 a 2014.

63. Normas emitidas pelo CNJ

- Resolução CNJ n. 114/10 sobre planejamento, execução e monitoramento de obras no Poder Judiciário
- Resolução CNJ n. 102/09 sobre publicação de informações alusivas à gestão orçamentário e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias
- Resolução CNJ n. 98/09 sobre provisão de encargos
- Resolução CNJ 100 de 24 de novembro de 2009 - Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
- Resolução CNJ 99 de 24 de novembro de 2009 - Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Resolução CNJ 91 de 29 de setembro de 2009 - Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.
- Resolução CNJ 90 de 29 de setembro de 2009 - Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

64. Normas emitidas pelo TCU

- Portaria 277/10, do TCU com orientações para relatórios de gestão

65. Sustentabilidade Ambiental

- Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre critérios de sustentabilidade ambiental

66. Prioridade Atendimento à pessoas com deficiência

- Decreto nº 5.296/2004 da Presidência da República sobre prioridade de atendimento às pessoas com deficiência

67. Infraestrutura dos cartórios eleitorais

- Instrução Normativa nº 18/10 da Presidência do TRE-RS que fixa a tabela de padrões de infraestrutura para os cartórios eleitorais

68. Normas emitidas pelo MTE

- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

1. Cartilha do Servidor
2. Manual de Estágio Probatório
3. Manual da Gestão por Competências
4. Manual de Gestão de Contratos do TRE-RS
5. Manual de Procedimentos da Seção de Protocolo – TRE-RS
6. Manual de Procedimentos Cartorários
7. Orientações complementares para os serviços de vigilância, copeiragem e recepção
8. Plano Estratégico TRE-RS – 2010-2014

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
070021	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da gestão
070021	00001



2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade

A - Responsabilidades Institucionais da Unidade

1 – Competência Institucional

1.1 Constitucional – artigo 121, *caput*:
“Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.”

1.2 Legal – Código Eleitoral, lei 4.357, de 15 de julho de 1965.

Art. 29. Compete aos Tribunais Regionais:

I - processar e julgar originariamente:

a) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas;

b) os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo Estado;

c) a suspeição ou impedimentos aos seus membros ao Procurador Regional e aos funcionários da sua Secretaria assim como aos juízes e escrivães eleitorais;

d) os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais;

e) o *habeas corpus* ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos juízes eleitorais; ou, ainda, o *habeas corpus* quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração;

f) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto a sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;

g) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juízes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido candidato Ministério Público ou parte legitimamente interessada sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo.

II - julgar os recursos interpostos:

a) dos atos e das decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais.

b) das decisões dos juízes eleitorais que concederem ou denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Parágrafo único. As decisões dos Tribunais Regionais são irrecorríveis, salvo nos casos do Art. 276.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

I - elaborar o seu regimento interno;

II - organizar a sua Secretaria e a Corregedoria Regional provendo-lhes os cargos na forma da lei, e propor ao Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal Superior a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III - conceder aos seus membros e aos juízes eleitorais licença e férias, assim como afastamento do exercício dos cargos efetivos submetendo, quanto aqueles, a decisão à aprovação do Tribunal Superior Eleitoral;

IV - fixar a data das eleições de Governador e Vice-Governador, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e juízes de paz, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V - constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição;

VI - indicar ao tribunal Superior as zonas eleitorais ou seções em que a contagem dos votos deva ser feita pela mesa receptora;

VII - apurar com os resultados parciais enviados pelas juntas eleitorais, os resultados finais das eleições de Governador e Vice-Governador de membros do Congresso Nacional e expedir os respectivos diplomas, remetendo dentro do prazo de 10 (dez) dias após a diplomação, ao Tribunal Superior, cópia das atas de seus trabalhos;

VIII - responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;

IX - dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas, à aprovação do Tribunal Superior;

X - aprovar a designação do Ofício de Justiça que deva responder pela escrivania eleitoral durante o biênio;

XI - Revogado pela Lei nº 8.868, de 14.4.1994

XII - requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal;

XIII - autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ao seu presidente e, no interior, aos juizes eleitorais, a requisição de funcionários federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escrivães eleitorais, quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço;

XIV - requisitar funcionários da União e, ainda, no Distrito Federal e em cada Estado ou Território, funcionários dos respectivos quadros administrativos, no caso de acúmulo ocasional de serviço de suas Secretarias;

XV - aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 (trinta) dias aos juizes eleitorais;

XVI - cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior;

XVII - determinar, em caso de urgência, providências para a execução da lei na respectiva circunscrição;



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

XVIII - organizar o fichário dos eleitores do Estado.

XIX - suprimir os mapas parciais de apuração mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

- a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;
- b) da decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior, que decidirá em cinco dias;
- c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;
- d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior
- e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar, acompanhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior.

Art. 35. Compete aos juizes:

- I - cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior e do Regional;
- II - processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais;
- III - decidir habeas corpus e mandado de segurança, em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente a instância superior.
- IV - fazer as diligências que julgar necessárias a ordem e presteza do serviço eleitoral;
- V - tomar conhecimento das reclamações que lhe forem feitas verbalmente ou por escrito, reduzindo-as a termo, e determinando as providências que cada caso exigir;
- VI - indicar, para aprovação do Tribunal Regional, a serventia de justiça que deve ter o anexo da escrivania eleitoral;
- VII - [Revogado pela Lei nº 8.868, de 14.4.1994](#)
- VIII - dirigir os processos eleitorais e determinar a inscrição e a exclusão de eleitores;
- IX- expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor;
- X - dividir a zona em seções eleitorais;
- XI mandar organizar, em ordem alfabética, relação dos eleitores de cada seção, para remessa a mesa receptora, juntamente com a pasta das folhas individuais de votação;



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- XII - ordenar o registro e cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais e comunicá-los ao Tribunal Regional;
- XIII - designar, até 60 (sessenta) dias antes das eleições os locais das seções;
- XIV - nomear, 60 (sessenta) dias antes da eleição, em audiência pública anunciada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, os membros das mesas receptoras;
- XV - instruir os membros das mesas receptoras sobre as suas funções;
- XVI - providenciar para a solução das ocorrências para a solução das ocorrências que se verificarem nas mesas receptoras;
- XVII - tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos viciosos das eleições;
- XVIII -fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais;
- XIX - comunicar, até às 12 horas do dia seguinte a realização da eleição, ao Tribunal Regional e aos delegados de partidos credenciados, o número de eleitores que votarem em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

Art. 40. Compete à Junta Eleitoral;

- I - apurar, no prazo de 10 (dez) dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição.
- II - resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração;
- III - expedir os boletins de apuração mencionados no Art. 178;
- IV - expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

Parágrafo único. Nos municípios onde houver mais de uma junta eleitoral a expedição dos diplomas será feita pelo que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo, à qual as demais enviarão os documentos da eleição.

Art. 41. Nas zonas eleitorais em que for autorizada a contagem prévia dos votos pelas mesas receptoras, compete à Junta Eleitoral tomar as providências mencionadas no Art. 195.



2 - Objetivos estratégicos – Planejamento Estratégico 2010-2014

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral
- Promover a efetividade jurisdicional
- Prestar serviços com excelência
- Fortalecer as relações institucionais
- Aperfeiçoar a logística do processo eleitoral
- Assegurar a efetividade na gestão
- Ampliar as ações sociais e ambientais
- Promover a cidadania
- Facilitar o acesso aos serviços judiciais e administrativos
- Agilizar a tramitação dos processos
- Aprimorar a comunicação interna
- Aprimorar a comunicação com a sociedade
- Buscar e gerir os recursos com efetividade
- Melhorar o clima organizacional
- Comprometer as pessoas com a execução das tarefas
- Promover a gestão do conhecimento
- Garantir a disponibilidade dos sistemas de TI
- Zelar pela segurança da informação
- Promover a infraestrutura adequada às necessidades
- Desenvolver competências
- Desenvolver lideranças



B - Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

1 - Análise do andamento estratégico do órgão

O plano estratégico concluiu o primeiro de cinco exercícios ao final de 2010. Para cada um dos objetivos estratégicos foram estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo.

Pode-se informar que das trinta e sete metas estabelecidas, vinte e quatro foram integralmente cumpridas, uma cumprida parcialmente e doze com andamento em atraso.

2 – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

- Objetivo: Garantir a legitimidade do processo eleitoral
 - Confiança no processo eleitoral
 - Iniciativa: Pesquisar a confiança no processo eleitoral no RS por parte do público externo – cumprida
 - Meta: Atingir confiança no processo eleitoral por parte de 80% do total de pesquisados – índice obtido = 83,4% dos eleitores pesquisados afirmam confiar na urna eletrônica – cumprida
 - Audiências públicas no período eleitoral
 - Iniciativa: Realizar contatos com representantes das instituições (MP, OAB e partidos políticos) - cumprida
 - Iniciativa: Orientar as entidades sobre os mecanismos de fiscalização à disposição - cumprida
 - Iniciativa: Realizar campanha interna de motivação e capacitação para fiscalização – cumprida
 - Metas
 - Ministério Público = 41,67 % - cumprida
 - Representantes da OAB = 11,14% - não cumprida. O problema maior reside no fato de que o representante da Ordem dos Advogados do Brasil é convidado a participar e não convocado.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Partidos Políticos: 1,05% - não cumprida. Muito aquém do necessário. A presença dos partidos é um convite, mas muito importante para garantir transparência do processo.
- Objetivo: Promover a efetividade jurisdicional
 - Iniciativa e meta: Aferir a taxa de congestionamento atual do TRE-RS – cumprida
- Objetivo: Prestar serviços com excelência
 - Iniciativa: Realizar pesquisa de satisfação com público externo – cumprida
 - Iniciativa: Identificar as ações corretivas para as dimensões que não obtiveram pontuação adequada nas pesquisas – cumprida
 - Meta: Atingir pontuação até 10 em março de 2012 – cumprida já no final do 2010.
- Objetivo: Fortalecer as relações institucionais
 - Iniciativa: Identificar os convênios existentes - cumprida
 - Iniciativa: Definir o processo de celebração de convênios – cumprida
 - Iniciativa: Prospectar novos convênios – cumprida
 - Iniciativa: Metodologia de celebração de convênios – cumprida
 - Meta: Aumentar em 10% o número de entidades conveniadas em 2010 em relação a 2009 – resultado 5,13% - não cumprida. A dificuldade em atingir a meta prevista se deveu a um recrudescimento das prefeituras em estabelecer novos convênios, principalmente em função de novas orientações do Tribunal de Contas do Estado. Por outro lado, o exercício da fiscalização da propaganda eleitoral contribuiu para inibir a celebração de convênios com entidades dirigidas por agentes políticos.
- Objetivo: Aperfeiçoar a logística do processo eleitoral
 - Iniciativa: Implantação do programa eleições e dos 12 projetos que integram o programa – cumprida
 - Meta: Diminuir em 10% o número de horas no pleito de 2010 em relação ao pleito idêntico anterior – não cumprida. Foi a meta que ficou mais longe de ser cumprida, pois redundou num aumento de 51,22% em relação ao pleito anterior. Há duas hipóteses para a sua causa: o planejamento de horas extras continha equívocos e/ou a execução ocorreu de forma diversa do que foi preconizado no planejamento.
 - Iniciativa: Implementar os diversos projetos visando à antecipação da remessa dos resultados de eleição – cumprida
 - Meta: Receber 85% das seções até às 20 horas do dia pleito. Resultado: 92,9% - cumprida



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Objetivo: Assegurar a efetividade na gestão
 - Pontuação no GESPÚBLICA
 - Iniciativa: Elaborar autoavaliação anual – cumprida
 - Iniciativa: Elaborar plano de melhoria – cumprida
 - Meta: Atingir 170 pontos na avaliação de 2010 . Resultado: 174,4 - cumprida
 - Mapeamento de Processos
 - Iniciativa: Sugerir a metodologia de mapeamento de processos - cumprida
 - Iniciativa: Analisar e aprovar a metodologia - cumprida
 - Iniciativa: Sensibilizar servidores – não cumprida
 - Iniciativa: Treinar servidores – não cumprida
 - Iniciativa: Identificar os processos – não cumprida
 - Meta: Identificar todos os processos críticos do Tribunal até o final de 2010 – não cumprida. O motivo pelo descumprimento da meta deve-se ao fato de que a identificação dos processos críticos e a customização do mapeamento de processos depende diretamente da disponibilidade das pessoas das diversas áreas do Tribunal. O equívoco recaiu exatamente nessa disponibilidade do pessoal durante o período eleitoral. Inicialmente a previsão foi no sentido de que, mesmo em período eleitoral, seria possível obter essa colaboração, mas um fato não previsível que foi a “identificação biométrica em Canoas”, demandou um esforço geral e muito grande para sua superação, acabou por atrasar a operacionalização da eleição para um período posterior, prejudicando trabalhos não urgentes, como o caso do mapeamento.
- Objetivo: Ampliar as ações sociais e ambientais
 - Responsabilidade Social das Zonas Eleitorais
 - Iniciativa: Realizar campanha interna de engajamento das Zonas Eleitorais nos projetos – não cumprida. A maior dificuldade para o cumprimento da meta reside no fato da entidade responsável por essas ações não existir formalmente dentro da estrutura do Tribunal, mas por meio de uma portaria. Esta situação gera problemas que estão demandando um estudo sobre a reformulação da unidade que capitaneia as iniciativas de caráter sócio ambientais.
 - Meta: Atingir 10% das Zonas Eleitorais. Apesar da iniciativa não ter sido cumprida, a meta foi atingida, pois 37 das 173 Zonas promoveram algum tipo de ação de responsabilidade social, ultrapassando os 20%.
 - Responsabilidade Social dos Servidores



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Iniciativas: Não foram desenvolvidas.
- Meta: Atingir 10% dos servidores até 2010 – não foi quantificado o número de servidores – não cumprida. O descumprimento deve-se, além dos fatores já referido, à real dificuldade do levantamento desses dados numa instituição tão distribuída e pulverizada como a Justiça Eleitoral. Além disso, a importância e relevância da meta dentro do contexto é discutível, fato que já demandou sua inclusão no rol dos itens a serem reavaliados na próxima revisão do planejamento estratégico.
- Objetivo: Promover a cidadania
 - Divulgação da Justiça Eleitoral
 - Iniciativa: Ampliar o projeto “conhecendo a Justiça Eleitoral” – cumprida.
 - Iniciativa: Instituir o projeto “TEATRE” – não cumprida. O projeto não saiu do papel. Foi uma tentativa de benchmarking de um projeto do TRE-BA que simplesmente não aconteceu. Deve ser objeto de avaliação na próxima revisão do planejamento estratégico.
 - Iniciativa: Instituir programa de divulgação de vídeos da Justiça Eleitoral – cumprida
 - Meta: Aumentar em 10% o número de eventos em 2010 – Aumentou de 12 para 53, totalizando 341,66%. - cumprida
 - Recrutamento e valorização dos mesários
 - Iniciativa: Ampliar a abrangência e os tipos de peças publicitárias das campanhas – cumprida
 - Iniciativa: Aumento da divulgação das campanhas nos municípios – cumprida
 - Iniciativa: Mesário voluntário – cumprida
 - Meta: Atingir 30% de mesários voluntários em 2010 – não cumprida. Na verdade não houve o levantamento para informar o resultado do indicador, em função de dificuldades operacionais que, segundo a unidade responsável, somente poderiam ser superadas mediante uma mudança no programa, fato que ficaria sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral.
- Objetivo: Facilitar o acesso aos serviços judiciais e administrativos
 - Serviços virtuais
 - Iniciativa: Criar novas aplicações transacionais na INTERNET – cumprida
 - Iniciativa: Implantar a medição – cumprida
 - Iniciativa: Medir os serviços virtuais – cumprida
 - Meta: Implementar a medição em 2010 – cumprida



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Justiça Eleitoral Presente - atendimento
 - Iniciativa: Aumentar o número de kits- cumprida
 - Iniciativa: Integrar o JEP com o título Net – cumprida
 - Meta: Atingir percentual de crescimento igual ou superior a 10% em relação ao total de atendimentos do ano anterior. O número de atendimento saltou de 4.631 para 12.281, representando um acréscimo de 165% - meta cumprida.
- Justiça Eleitoral Presente – Zonas Eleitorais
 - Iniciativa: Mapear as necessidades de atendimento via JEP – cumprida
 - Iniciativa: Verificar a necessidade de ampliação dos kits de atendimento – cumprida.
 - Meta: Aparelhar 50% das zonas Eleitorais para prestarem o serviço JEP até 2010. Hoje, apenas 7 zonas Eleitorais estão aparelhadas, ou seja, 4,04% - não cumprida. Na verdade está ocorrendo uma dissociação entre indicador e meta, pois o indicador se relaciona com as Zonas Eleitorais que usam o JEP, que via de regra é um equipamento de uso temporário e rotativo, e a meta se refere a aparelhar as Zonas com JEP. Somente Zonas muito grandes, com vasta dimensão territorial justificariam a necessidade de kits do JEP de forma permanente. Na próxima revisão o item será objeto de análise e provável correção.
- Objetivo: Agilizar a tramitação dos processos
 - Iniciativa: Identificar os processos com data de distribuição de cada período de interesse – cumprida
 - Iniciativa: Comunicar aos juízes eleitorais e relatores acerca dos processos antigos e solicitação de celeridade – cumprida
 - Iniciativa: Implantar o processo judicial eletrônico - não cumprida. Medida que depende de implementação por parte do Tribunal Superior Eleitoral.
 - Meta: Julgar todos os processos cuja data de distribuição seja igual ou anterior a 31/12/2007 – cumprida no segundo grau e não cumprida no primeiro grau, com um total de 40 processos distribuídos em 173 Zonas Eleitorais
- Objetivo: Aprimorar a comunicação interna
 - Informação institucional
 - Iniciativa: Mapear as variáveis com pior avaliação - cumprida
 - Iniciativa: Elaborar planos de melhorias – cumprida
 - Meta: Atingir 70% dos servidores com nível de satisfação igual ou superior a 4 na escala. Resultado: 74,58% - cumprida.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Canais Virtuais de Comunicação Interna - Satisfação
 - Iniciativa: Realizar pesquisa de satisfação – não cumprida
 - Iniciativa: Elaborar planos de ação de melhorias – não cumprida
 - Meta: Fazer pesquisa e realizar as adequações necessárias até o final de 2010 – não cumprida. O projeto envolvia um grande número de unidades do TRE, faltando uma definição clara sobre qual seria a unidade efetivamente responsável.
- Objetivo: Aprimorar a comunicação com a sociedade
 - Fale com TRE - Satisfação
 - Iniciativa: Desenvolver aplicativo para avaliação – cumprida
 - Iniciativa: Realizar pesquisa de satisfação permanente - cumprida
 - Meta: Atingir pontuação média igual ou superior a 7 em 2010. Pontuação 8,3 – cumprida
 - Notícias produzidas pelo TRE-RS
 - Iniciativa: Medir a quantidade de notícias veiculadas na imprensa produzidas por *releases* ou notícias no site – cumprida
 - Iniciativa: Atualizar semestralmente a lista de *mailing* – cumprida
 - Meta: Atingir a pontuação média igual ou superior a 70%. Resultado 216% - cumprida
- Objetivo: Buscar e gerir os recursos com efetividade
 - Perdas Orçamentárias
 - Iniciativa: Promover reuniões com as áreas envolvidas - cumprida
 - Iniciativa: Acompanhar mensalmente a execução do orçamento - cumprida
 - Meta: Apesar da execução orçamentária ter atingido o índice de 99%, a meta de 2,60% não foi atingida
 - Orçamento Estratégico
 - Iniciativa: Incluir as ações estratégicas na proposta orçamentária - cumprida
 - Iniciativa: Acompanhar a aprovação da LOA para identificar as ações que foram autorizadas – cumprida
 - Iniciativa: Alocar 100% dos recursos aprovados na execução das ações estratégicas - cumprida
 - Meta: Garantir a alocação de 100% das receitas disponíveis no orçamento de 2012 para as iniciativas estratégicas – cumprida



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Objetivo: Melhorar o clima organizacional
 - Iniciativa: Disponibilizar, à Alta Administração, relatórios para a tomada de decisão - cumprida
 - Iniciativa: Desenvolver plano de melhorias – cumprida
 - Meta: Analisar dados da pesquisa de clima organizacional – cumprida
- Objetivo: Comprometer as pessoas com a execução das estratégias
 - Iniciativa: Disseminar a estratégia por meio do Programa de Divulgação do Plano Estratégico – cumprida
 - Meta: Preparar plano de divulgação do plano estratégico – cumprida
- Objetivo: Promover a gestão do conhecimento
 - Iniciativa: Criar grupo de trabalho- cumprida
 - Iniciativa: Diagnosticar e mapear as fontes de conhecimento do TRE-RS – cumprida
 - Iniciativa: Formular política de Gestão do Conhecimento. Em formulação – não cumprida
 - Meta: Realizar diagnóstico – não cumprida. O grupo da Gestão do Conhecimento foi criado com certo atraso e seus trabalhos foram suspensos com a proximidade das eleições.
- Objetivo: Garantir a disponibilidade e adequação dos sistemas de TI
 - Conformidade dos Serviços de TI
 - Iniciativa: Implementar governança de TI (CobIT) – cumprida
 - Iniciativa: Gerenciar níveis de serviço – cumprida
 - Iniciativa: Implementar redundância nos principais sistemas e serviços – não cumprida. Em fase de implantação. Na verdade o conjunto de iniciativas previstas ultrapassam um exercício, sendo previstas para todo o planejamento estratégico.
 - Iniciativa: Construir Datacenter adequado às necessidades do TRE – cumprida
 - Iniciativa: Adequar a infraestrutura de comunicação de dados. Em fase de implantação – não cumprida
 - Meta: Definir níveis de serviço – cumprida
 - Meta: Obter índice inferior a 10% em dezembro de 2010 – cumprida
 - Falta de Sistemas Estratégicos
 - Iniciativa: Implementar governança de TI (CobIT) – cumprida
 - Iniciativa: Gerenciar o portfólio de demanda dos sistema – cumprida. Em permanente execução.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

- Meta: Definir a lista de necessidades de sistema por projetos – cumprida
- Objetivo: Zelar pela Segurança da Informação
 - As iniciativas e a meta para o período não foram cumpridas. A unidade responsável solicitou prorrogação do prazo.
- Objetivo: Promover a infraestrutura adequada às necessidades
 - Infraestrutura nas Zonas Eleitorais
 - Iniciativa: Mapear as necessidades - cumprida
 - Iniciativa: Estabelecer as prioridades – cumprida
 - Iniciativa: Executar as ações priorizadas conforme proposta orçamentária aprovada. - cumprida
 - Meta: Atender 70% das necessidades priorizadas das Zonas Eleitorais. Resultado 84,64 – cumprida
 - Infraestrutura na Secretaria
 - Iniciativa: Mapear as necessidades - cumprida
 - Iniciativa: Estabelecer as prioridades – cumprida
 - Iniciativa: Executar as ações priorizadas conforme proposta orçamentária aprovada. - cumprida
 - Meta: Atender 70% das necessidades priorizadas da Secretaria. Resultado: 85,12 – cumprida.
- Objetivo: Desenvolver competências
 - Horas de capacitação
 - Iniciativa: Estabelecer parcerias com outros órgãos - cumprida
 - Iniciativa: Aprimorar a política de recursos para capacitação – cumprida. Em contínua execução.
 - Iniciativa: Incrementar a educação à distância – cumprida. Em contínua execução.
 - Meta: Verificar a média atual de capacitação por servidor. Resultado: 41,6 horas – cumprida
 - Avaliação de Desempenho
 - Iniciativa: Analisar e aprimorar o instrumento de avaliação por competências – cumprida
 - Iniciativa: Analisar e aprimorar a metodologia de avaliação por competências – cumprida
 - Meta: Atingir, em média, 80% das avaliações de desempenho com 90% de nível de



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

desempenho esperado alinhado com as competências. Resultado 87,85% - cumprida

- Objetivo: Desenvolver Lideranças
 - Satisfação com Lideranças
 - Iniciativa: Realizar pesquisa de clima organizacional - cumprida
 - Iniciativa: Disponibilizar, à Alta Administração, relatórios para a tomada de decisão – cumprida
 - Iniciativa: Desenvolver plano de melhorias: cumprida
 - Meta: Verificar o nível de satisfação atual com as lideranças. Resultado: 56% - cumprida .
 - Programa de Líderes
 - Iniciativa: Elaborar projeto de criação de programa de líderes – cumprida
 - Iniciativa: Desenvolver programa de líderes – cumprida
 - Meta: Instituir programa de líderes – cumprida



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

C – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

1 – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A UJ não tem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA). Na Justiça Eleitoral o C. TSE possui essa responsabilidade.

Por essa razão, o quadro Demonstrativo da Execução por Programa de Governo não foi preenchido.

2 – Execução física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO 1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
02	0122	0570	09HB	OP	4	Não há execução física	-	-	-
02	0122	0570	2272	A	4	Não há execução física	-	-	-
02	0306	0570	2012	A	4	Servidor beneficiado	775	762	764
02	0331	0570	2011	A	4	Servidor beneficiado	87	78	81
02	0128	0570	4091	A	4	Servidor capacitado	400	716	350
02	0061	0570	4269	A	4	Não há execução física	-	-	-
02	0126	0570	7832	P	4	Não há execução física	-	-	-
02	0365	0570	2010	A	4	Criança atendida	121	154	129
28	0846	0901	0625	OP	4	Não há execução física	-	-	-
09	0272	0089	0396	OP	4	Pessoa beneficiada	148	147	-
02	0301	0570	2004	A	4	Pessoa beneficiada	1441	1637	1607

Fonte: SIAFI/SIGPLAN

Cumprimento das Metas Físicas

Auxílio-Alimentação

Meta prevista: 775 servidores

Meta alcançada: 762 servidores em razão das exonerações e aposentadorias.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Auxílio-Transporte

Meta prevista: 87 servidores

Meta alcançada: 78 servidores em virtude das remoções e exonerações.

Auxílio-Pré-Escolar

Meta prevista: 121 crianças atendidas

Meta alcançada: 154 atendidas em virtude dos nascimentos ocorridos

Assistência Médica

Meta prevista: 1441 beneficiários

Meta alcançada: 1637 beneficiários em virtude de novas adesões ao plano de saúde e nascimentos registrados no ano.

Capacitação

Meta prevista: 400 servidores

Meta alcançada: 716 servidores, em virtude dos cursos à distância

Inativos e Pensionistas

Meta prevista: 148 pessoas beneficiadas

Meta alcançada: 147 pessoas.

Ações que apresentaram problemas de execução

Ressalta-se que, mais uma vez, os valores aprovados em Assistência Médica foram insuficientes para o custeio integral do plano de saúde contratado para a assistência médica e hospitalar dos servidores que complementam, mediante consignação em folha de pagamento, as quantias necessárias à manutenção do plano. Acrescente-se que todos os servidores que solicitaram ingresso no plano e preenchiam as condições legais foram incluídos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Em Capacitação de Recursos Humanos houve superação da meta prevista de 400 servidores para 716 servidores treinados em razão da utilização de cursos à distância.

Ações prioritárias na LDO

Não existem.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

D – Desempenho Orçamentário e Financeiros

1 – Programação Orçamentária das Despesas

Identificação das Unidades Orçamentárias

QUADRO 2

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	14121	070021

Fonte: SIAFI

Programação de Despesas Correntes

QUADRO 3

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		127.121.129,00	147.192.210,00			18.470.789,00	28.673.253,00
	PLO		127.121.129,00	147.192.210,00			16.180.385,00	19.967.544,00
	LOA		127.121.129,00	147.192.210,00			16.180.385,00	19.967.544,00
CRÉDITOS	Suplementares		26.249.512,00	9.669.772,00			639.407,00	1.464.501,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		800.000,00	1.200.000,00			10.000,00		
Outras Operações								
Total		152.570.641,00	155.661.982,00			16.809.792,00	21.432.045,00	

Fonte: SIAFI



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Programação de Despesas Capital

QUADRO 4

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	6.150.913,00	3.032.179,00		35.100.000,00		
	PLOA	1.301.244,00	1.061.200,00				
	LOA	1.301.244,00	1.061.200,00				
CRÉDITOS	Suplementares			631.699,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		1.301.244,00	1.692.899,00				

Fonte: SIAFI

Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO 5

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	145.591.918,00	175.865.463,00	6.150.913,00	38.132.179,00		
	PLOA	143.301.514,00	167.159.754,00	1.301.244,00	1.061.200,00		
	LOA	143.301.514,00	167.159.754,00	1.301.244,00	1.061.200,00		
CRÉDITOS	Suplementares		26.888.919,00	11.134.273,00		631.699,00	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		810.000,00	1.200.000,00			
Outras Operações							
Total		169.380.433,00	177.094.027,00	1.301.244,00	1.692.899,00		

Fonte: SIAFI



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Em Outras Despesas Correntes a UO apresentou proposta de R\$ 28.673.253,00, a qual foi ajustada pelo Órgão Setorial para R\$ 19.967.544,00, consoante autorizado na LOA. A significativa diferença de R\$ 8.705.709,00 impediu que o Tribunal realizasse a locação de imóvel no valor de R\$ 1.116.000,00 para a instalação da Secretaria de Gestão de Pessoas visando à solução imediata do déficit de espaço físico decorrente do expressivo número de servidores em decorrência do aumento da demanda de trabalho.

A diferença de R\$ 7.589.709,00 foi incluída na proposta com a finalidade de reformar o novo prédio sede do Tribunal. Como a aquisição não foi efetuada em virtude da não alocação dos recursos orçamentários na LOA 2010 o recurso não foi aprovado pelo Órgão Setorial.

Em Investimentos foi solicitada a importância R\$ 1.339.280,00 para a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática. O valor não foi contemplado na LOA, tendo em vista que o órgão setorial não o incluiu na proposta orçamentária da Justiça Eleitoral.

Por fim, a suplementação de R\$ 9.669.772,00 propiciou a realização das ações programadas em Pessoal e Encargos Sociais.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Não houve alterações relevantes em relação às dotações do exercício anterior.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO 6

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	070026	02.061.0570.4269.0001	6.551.836,00		
		070026	02.061.0570.4269.0001			9.405.976,00
		070001	02.061.0570.2272.0001			2.914.063,81
	070026	02.126.0570.7832.0001			204.017,57	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	201009	28.846.0901.0625.0001			5.665,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

O TRE/RS recebeu provisão no valor de R\$ 15.957.812,00 para a realização das eleições gerais, onde R\$ 6.551.836,00 refere-se ao pagamento de serviço extraordinário aos servidores da capital e interior do Estado e R\$ 9.405.976,00 para o custeio das despesas com transporte de urnas eletrônicas, convocação e alimentação aos mesários, diárias, passagens, locação de veículos, gastos com estagiários, dentre outras.

O TSE transferiu o valor de R\$ 2.914.063,81 para os custos de manutenção do contrato de telecomunicação de dados entre o TRE e os Cartórios Eleitorais do Rio Grande do Sul, denominado Backbone Secundário. O mencionado ajuste, firmado com a Brasil Telecom, teve o seu início no dia 30/12/2009.

Para a continuidade do cadastramento biométrico, o TRE recebeu provisão no valor de R\$ 204.017,57.

Por fim, o Ministério do Planejamento transferiu o valor correspondente a R\$ 5.665,00 para pagamento de mandado judicial em que a União foi condenada.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

2 – Execução Orçamentária das Despesas

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

QUADRO 7

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	7.313.868,71	7.716.868,99	5.080.311,70	5.745.173,72
Convite				
Tomada de Preços	152.800,00	108.300,00	83.542,34	94.417,22
Concorrência				
Pregão	7.161.068,71	7.608.568,99	4.996.769,36	5.650.756,50
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	3.892.169,86	6.413.144,38	3.458.741,80	6.016.706,53
Dispensa	3.311.076,19	5.734.990,64	3.020.433,35	5.434.205,67
Inexigibilidade	581.093,67	678.153,74	438.308,45	582.500,86
Regime de Execução Especial	64.779,69	72.157,80	64.779,69	72.157,80
Suprimento de Fundos	64.779,69	72.157,80	64.779,69	72.157,80
Pagamento de Pessoal	152.659.020,30	156.458.757,05	152.659.020,30	156.458.757,05
Pagamento em Folha	152.405.851,20	156.230.649,85	152.405.851,20	156.230.649,85
Diárias	253.169,10	228.107,20	253.169,10	228.107,20
Outros (não se aplica)	5.714.340,72	7.001.381,31	5.593.117,81	6.824.137,87

Fonte: SIAFI



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

QUADRO 8

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	151.817.692,19	155.520.101,60	151.817.692,19	155.493.988,52		26.113,08	151.817.692,19	155.493.988,52
1º elemento de despesa 9011	98.614.309,37	94.874.705,30	98.614.309,37	94.874.705,30			98.614.309,37	94.874.705,30
2º elemento de despesa 9001	21.024.326,57	21.025.183,46	21.024.326,57	21.025.183,46			21.024.326,57	21.025.183,46
3º elemento de despesa 9113	16.068.142,34	16.256.027,04	16.068.142,34	16.256.027,04			16.068.142,34	16.256.027,04
Demais elementos do grupo	16.110.913,91	23.364.185,80	16.110.913,91	23.338.072,72		26.113,08	16.110.913,91	23.338.072,72
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	16.564.255,21	20.536.065,61	16.916.007,17	19.271.308,67	1.801.985,19	1.264.756,94	14.649.296,22	19.120.461,55
1º elemento de despesa 9039	6.502.704,17	8.980.812,78	6.834.536,84	8.077.201,55	1.234.758,46	903.611,23	5.237.856,50	8.042.071,27
2º elemento de despesa	4.557.671,13	4.841.974,62	4.561.057,08	4.841.974,62	242.029,54		4.477.741,74	4.841.974,62



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

elemento de despesa 9046								
3º elemento de despesa 9037	1.213.678,81	1.401.873,52	1.230.212,15	1.285.073,59	159.403,23	116.799,93	1.067.085,48	1.274.168,52
Demais elementos do grupo	4.290.201,10	5.311.404,69	4.290.201,10	5.067.058,91	165.793,96	244.345,78	3.866.612,50	4.962.247,14

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

QUADRO 9

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	1.262.231,88	1.606.142,32	1.262.231,88	522.874,30	850.806,94	1.083.268,02	388.982,89	502.482,90
1º elemento de despesa 9052	1.262.231,88	1.570.637,32	1.262.231,88	1.521.911,30	850.806,94	1.048.726,02	388.982,89	502.482,90
2º elemento de despesa 9039		35.505,00		963,00		34.542,00		0,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º								



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Alterações significativas ocorridas no exercício

As despesas com tomada de preços, pregões, dispensas de licitação, inexigibilidades, diárias e suprimento de fundos sofreram majoração de 25,22% em virtude da realização das eleições gerais de 2010. Registra-se que as licitações têm sido realizadas preferencialmente na modalidade de pregão eletrônico.

Em Despesas com Pessoal e Encargos Sociais o maior gasto foi no elemento 319011 – Vencimentos e vantagens fixas seguidos de 319001 – Inativos e 319113 – Obrigações Patronais.

Em Outras Despesas Correntes, a maior despesa concentrou-se no elemento 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, seguidos de 339046 – Auxílio-Alimentação e 339037 – Locação de Mão-de-obra.

No exercício de 2010, 99,99% da despesa empenhada com Pessoal foi paga no próprio exercício.

Em Outras Despesas Correntes, 92,59% da despesa empenhada foi paga no exercício. O valor inscrito em Restos a Pagar foi 29,81% inferior ao exercício de 2009.

Em Investimentos, 31,28% da despesa empenhada foi paga em 2010. Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.083.268,02 em virtude de atraso nas licitações no final do exercício.

Contingenciamento no exercício

No dia 8 de abril de 2010 o C. TSE informou, por meio de ofício-circular nº 1065 – GDG, contingenciamento no orçamento da Justiça Eleitoral, cabendo ao TRE/RS a importância de R\$ 1.132.815,00. O documento solicitava a indicação da ação orçamentária que seria contingenciada até o dia 14/4/10. No dia 02 de junho do mesmo exercício, por meio do ofício-circular nº 2762 – GDG, o TSE informou que o contingenciamento seria de R\$ 418.672,00 e não R\$ 1.132.815,00, como indicado no primeiro documento. Por fim, no dia 17 de junho, por meio do ofício nº 3032 – GDG/TSE, informou que o contingenciamento seria absorvido integralmente pelo Órgão Superior da Justiça Eleitoral. Em virtude do bloqueio de créditos no mês de abril e o descontingenciamento dos recursos orçamentários em junho, houve previsível prejuízo na execução do planejamento orçamentário, pois as ações programadas ficaram suspensas até a comunicação oficial e o efetivo descontingenciamento. Assim, os procedimentos licitatórios somente puderam ser implementados no segundo semestre, o que ensejou a inscrição de valores em Restos a Pagar. Salienta-se, mais uma vez, que as ações de contingenciamento em todas as Unidades decorrentes dos problemas de arrecadação tributária do Governo Federal refletem negativamente em todo o planejamento do órgão e, conseqüentemente, na execução orçamentária.



Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Eventos negativos:

- a) Contingenciamento;
- b) Liberação de dotação orçamentária no final do exercício prejudicou as ações programadas e a execução orçamentária da UJ;

Eventos positivos:

- a) Integração entre as Unidades diretamente ligadas à execução orçamentária, com o objetivo de acompanhar as ações, analisar o planejamento e, quando for o caso, propor as pertinentes correções;
- b) Celeridade no encaminhamento das solicitações de compras de informática até o início do segundo semestre visando à otimização dos recursos aprovados;
- c) Adoção do Registro de Preços com o propósito de melhorar a gestão de materiais;
- d) O planejamento de eleições subdividido em gerências proporcionou uma nova visão do processo eleitoral em 2010;
- e) Elaboração de plano anual de capacitação;
- f) Análise das ações relativas às eleições gerais de 2010 nas reuniões mensais dos Titulares de Órgãos Superiores.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO 10

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	354.106,23	11.024.649,31	26.528,66	8.447.646,72
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	354.106,23	11.024.649,31	26.528,66	8.447.646,72
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	68.562,58	676.022,27	44.150,19	507.022,27
Dispensa	68.562,58	259.783,17	44.150,19	258.783,17
Inexigibilidade		416.239,10		248.239,10
Regime de Execução Especial		3.120,00		3.120,00
Suprimento de Fundos		3.120,00		3.120,00
Pagamento de Pessoal		6.564.127,69		6.564.127,69
Pagamento em Folha		6.298.812,69		6.298.812,69
Diárias		265.315,00		265.315,00
Outras (não se aplica)	20.050,00	60.580,47	20.050,00	60.580,47

Fonte: SIAFI



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO 11

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal		6.298.812,69		6.298.812,69				6.298.812,69
1º elemento de despesa 9016		6.196.065,29		6.196.065,29				6.196.065,29
2º elemento de despesa 9013		70.553,08		70.553,08				70.553,08
3º elemento de despesa 9092		25.545,60		25.545,60				25.545,60
Demais elementos do grupo		6.648,72		6.648,72				6.648,72
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	442.718,81	12.029.687,05	90.966,85	9.284.684,46	351.751,96	2.745.002,59	90.728,85	9.283.684,46
1º elemento de despesa 9039	355.842,39	10.593.022,92	24.009,72	7.848.020,33	331.832,67	2.745.002,59	24.009,72	7.847.020,33
2º elemento de despesa 9030	35.826,42	686.932,88	32.440,47	686.932,88	3.385,95		32.202,47	686.932,88
3º elemento de despesa 9033	31.000,00	278.662,43	14.466,66	278.662,43	16.533,34		14.466,66	278.662,43
Demais elementos do grupo	20.050,00	471.068,82	20.050,00	471.068,82	0,00		20.050,00	471.068,82

Fonte: SIAFI



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO 12

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Alterações significativas ocorridas no exercício

Os créditos executados por movimentação custearam as eleições gerais (R\$ 15.204.753,96), a manutenção do contrato relativo ao Backbone Secundário (R\$ 2.914.063,81), o cadastramento biométrico (204.017,57) e o pagamento de um mandado judicial (5.664,40).

As significativas alterações em relação ao exercício anterior decorreram da inexistência de eleições em 2009 e dos baixos recursos transferidos para a manutenção do contrato relativo ao Backbone Secundário (R\$ 324.187,49) – apenas relativos às instalações - e ao cadastramento biométrico



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

(R\$ 118.531,32) . Não houve pagamento de mandados judiciais.

Em razão desses motivos não há como fazer comparativos entre os exercícios relacionados no quadro Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Vinte e três por cento da despesa liquidada na modalidade Pregão não foi paga no exercício porque a empresa contratada não apresentou as faturas decorrentes dos serviços prestados. Os valores pertinentes foram inscritos em Restos a Pagar. A despesa com inexigibilidade relativa a R\$ 168.000,00 refere-se aos telefones temporários utilizados nas eleições. A empresa ainda não apresentou as faturas.

Noventa e nove por cento das dispensas foram pagas e as despesas com pessoal, diárias e suprimento de fundos foram totalmente pagas no exercício.

A maior despesa com Pessoal está classificada no elemento 319016 – Outras Despesas Variáveis, e, em Outras Despesas Correntes, no elemento 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Não houve gastos com Despesas de Capital.

Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento dos créditos recebidos por movimentação.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Eventos Positivos:

- Noventa e cinco por cento dos créditos recebidos em Pleitos Eleitorais foram executados;
- 100 % dos recursos recebidos para o cadastramento biométrico foram executados;

Evento negativo:

- As despesas relativas ao Backbone Secundário (interligação entre os Cartórios e o TRE) e telefones temporários, utilizados nas eleições gerais, não foram pagas porque a empresa Brasil Telecom não apresentou as faturas. Em consequência, quase oitenta por cento dos valores foram inscritos em Restos a Pagar.



3 – Indicadores Institucionais

01. CONFIANÇA NO PROCESSO ELEITORAL

Descrição - Mede o grau de confiança da população gaúcha em relação ao processo eleitoral executado pela JE do RS.

Objetivo – Pertinência com o objetivo “Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral”, aferindo como a população avalia o serviço maior da instituição.

Entrevistados que confiam no processo eleitoral	X	100	=	$\frac{1.135}{1.361}$	X	100	=	83,40%
Total de entrevistados								

Análise crítica do resultado – Foi realizada pesquisa de satisfação, com a metodologia do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação do Programa de Qualidade GESPÚBLICA. A margem de erro é de 3%. O resultado foi: 83,4% do eleitorado confiam na urna eletrônica, 9,5% não confiam e 7,1% não sabem responder. A meta estabelecida foi cumprida e demonstra que, a população do Rio Grande do Sul confia no processo eletrônico de votação.

02. TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Descrição – Usado para verificar a capacidade de atender a demanda de processos judiciais nos 1º e 2º graus.

Objetivo – Aferir se o volume de processos julgados é superior aos processos em estoque somados aos processo novos, de forma a diminuir o total de processos e garantir maior celeridade às decisões judiciais.

Processos Julgados	X	100	=	$\frac{4.588}{4.827}$	X	100	=	95,04%
Processos pendentes								

Análise crítica do resultado – O resultado é considerado favorável para um ano eleitoral.

03. SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO

Descrição - Mede o grau de satisfação dos usuários externos dos serviços da JE gaúcha.

Objetivo – Subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo na satisfação do público externo.

Entrevistados que confiam na JE gaúcha	X	100	=	$\frac{1.302}{1.361}$	X	100	=	95,70%
Entrevistados								



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Análise crítica do resultado – Foi realizada pesquisa de satisfação, usando a metodologia do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, do programa de qualidade GESPÚBLICA. A margem de erro é de 3%. O resultado foi: 95,7% da população gaúcha entende como satisfatórios ou muito satisfatórios os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, evidenciando que as medidas adotadas pela entidade no que se refere à prestação de serviços vem ao encontro das necessidades do cidadão usuário.

04. AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - ZEs

Descrição – Quantifica o número de Zonas Eleitorais deste Regional que participam de algum projeto socioambiental na sua região.

Objetivo – A Justiça Eleitoral gaúcha tem atuação em todo o Estado. Os projetos de ação socioambiental, capitaneados pelo Valor Público, já se mostram em um estágio de maturidade avançado no âmbito da Secretaria; entretanto, alguns dos projetos podem ser também executados nas Zonas Eleitorais.

Total de ZE que executam projetos sócioambientais	X	100	=	$\frac{37}{173}$	X	$\frac{100}{=}$	21,39%
Total de Zonas Eleitorais							

Análise crítica do resultado – O resultado foi bastante positivo, pois a meta inicial era de 10% das Zonas, ou seja 17, e o resultado apurado foi que 37 Zonas trabalham com esses projetos.

05. JUSTIÇA ELEITORAL PRESENTE – ATENDIMENTO

Descrição - Mede o percentual de atendimentos realizados com o deslocamento aos municípios-termos em relação ao total de atendimentos da ZE.

Objetivo – O projeto “Justiça Eleitoral Presente” é uma iniciativa que foi introduzida no TRE-RS em 2009 e que visa, essencialmente, aproximar geograficamente a oferta de serviços prestados pela Justiça Eleitoral gaúcha aos cidadãos.

Por meio do deslocamento de sua estrutura durante um dia, os cartórios das Zonas Eleitorais do interior do Estado poderão atender os eleitores de localidades (municípios-termos) com maior dificuldade de acesso ao município sede. Todos os serviços normalmente disponibilizados para o eleitor na sede do cartório podem ser solicitados na ocasião e o cidadão pode sair com seu título eleitoral impresso na hora, dispensando o retorno ao cartório eleitoral.

Atendimentos JEP 2010	-1	X	100	=	$\frac{12.281}{4.631}$	-1	X	100 =	165,19%
Atendimentos JEP 2009									

Análise crítica do resultado – A comparação dos resultados dos exercícios demonstra que a Justiça Eleitoral vem aumentando os seus atendimentos junto aos eleitores de localidades com maior dificuldade de acesso ao município-sede.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

06. PROCESSOS ANTIGOS PENDENTES

Descrição - Verificar o quantitativo de processos em andamento cuja data de distribuição é igual ou anterior à estabelecida pelo CNJ e empreender esforços para o seu julgamento.

Objetivo – O Conselho Nacional de Justiça já exige o controle, bem como solicita providências em relação aos processos judiciais mais antigos sem julgamento. Dessa forma, o presente indicador tem por objetivo possibilitar o acompanhamento de iniciativas visando ao cumprimento da meta estabelecida pelo CNJ.

Total de processos pendentes com mais de três anos de autuação	X	100	=	$\frac{40}{167}$	X	100	=	24,00%
Total de processos				167				

Análise crítica do resultado – A meta de zerar os processos de primeiro grau não foi atingida. No segundo grau a meta já foi alcançada.

07. PERDAS ORÇAMENTÁRIAS

Descrição - Medir as perdas orçamentárias do exercício em GAP e capacitação.

Objetivo – Verificar o comportamento das perdas orçamentárias ao longo do tempo.

Perdas Orçamentárias no Exercício	X	100	=	$\frac{327.768,07}{11.125.685,00}$	X	100	=	2,95%
Dotação GAP + Capacitação				11.125.685,00				

Análise crítica do resultado – A meta estabelecida de 2,60% para o exercício não foi alcançada, embora a execução orçamentária tenha atingido o índice de 99%.

08. ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

Descrição - Medir o percentual de recursos alocados para a execução das iniciativas previstas no planejamento estratégico.

Objetivo – Verificar o alinhamento estratégico do orçamento da organização.

Recursos Orçamentários para Iniciativas Estratégicas	X	100	=	$\frac{250.000}{250.000}$	X	100	=	100%
Total disponibilizado para Iniciativas Estratégicas				250.000				

Análise crítica do resultado – A meta de 100% foi atingida.

10. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Descrição - Medir a quantidade de metas do Plano Estratégico atingidas.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Objetivo – Pretende-se, através do controle da execução das metas, identificar o comprometimento das unidades com as metas pelas quais são responsáveis e o nível de cumprimento do Planejamento Estratégico.

Nº de metas atingidas	X	100	=	$\frac{24}{37}$	X	100	=	64,90%
Nº de metas propostas								

Análise crítica do resultado – Das 37 metas estabelecidas, 24 foram cumpridas e 13 não foram atingidas. O resultado pode ser considerado razoável e com grande espaço para melhoria.

11. INFRAESTRUTURA NAS ZONAS ELEITORAIS

Descrição - Média do percentual de atendimento das necessidades de infraestrutura nas Zonas Eleitorais.

Objetivo – A promoção de infraestrutura adequada envolve o mapeamento das necessidades das Zonas, às quais serão atendidas conforme o Plano de Prioridades, construído a partir da proposta orçamentária aprovada.

$0,8881 + 0,7777 + 0,7390 + 0,8092 + 0,8960 + 0,8960 + 0,9191$	X	100	=	84,64%
7				

Onde:

MPANZE= Média do percentual de atendimento das necessidades de infraestrutura nas Zonas Eleitorais;

PANZE_1= Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade 1";

PANZE_2= Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade 2";

PANZE_N= Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade N";

PANZE_X= (Número de cartórios ou imóveis com a necessidade "X" atendida / número de cartórios ou imóveis) x 100.

Análise crítica do resultado – Os resultados apurados superaram a meta, estabelecida em 70%. O indicador apontou um índice de 84,64%.

12. INFRAESTRUTURA NA SECRETARIA

Descrição - Média do percentual de atendimento das necessidades de infraestrutura na Secretaria do TRE/RS.

Objetivo – A promoção de infraestrutura adequada envolve o mapeamento das necessidades da Secretaria, as quais serão atendidas conforme o Plano de Prioridades, construído a partir da proposta orçamentária aprovada.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

$\frac{0,8031 + 0,9540 + 0,8027 + 0,7430 + 0,9530}{5} \times 100 = 85,12\%$

Onde:

MPANSEC = Média do percentual de atendimento das necessidades de infraestrutura na Secretaria;

PANSEC_1 = Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade 1";

PANSEC_2 = Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade 2";

PANSEC_N = Subindicador que representa o percentual de atendimento da necessidade de infraestrutura denominada "Necessidade N";

PANSEC_X = (Número de unidades ou imóveis com a necessidade "X" atendida).

Análise crítica do resultado – Os resultados apurados superaram a meta, estabelecida em 70%. O indicador apontou um índice de 85,12%.

13 - ÍNDICE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição - É o produto do total da despesa realizada em relação ao que foi autorizado.

Objetivo - Tal índice é fundamental no planejamento das ações do Órgão, pois ao verificar mensalmente a disponibilidade orçamentária, o ordenador de despesa tem condições de autorizar ou não a instauração de procedimentos licitatórios, a realização das demais despesas a serem contratadas no exercício e, ainda, implementar medidas, quando for o caso, com vistas ao saneamento de eventuais disfunções que possam inviabilizar o cumprimento dos objetivos e metas do ano corrente.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Despesa realizada	X 100 = R\$	<u>195.990.809,27</u>	X 100 =	99,05%
Despesa autorizada	R\$	197.868.484,38		

Análise crítica do resultado - O índice de 99,05% demonstra que o TRE executou praticamente a integralidade da dotação consignada na LOA, em conformidade com planejamento deste tribunal.

14 - ÍNDICE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Descrição – É o produto do valor total de restos a pagar inscritos em relação a despesa realizada.

Objetivo - Medir os valores empenhados e não liquidados no ano. Após análise acurada dos processos, inscreve-se apenas os valores que não tiveram tempo hábil para seguir o processo normal de aplicação no exercício. A administração necessita saber o quanto foi inscrito em Restos a Pagar para avaliar o seu planejamento, e, se for o caso, realizar o respectivo realinhamento.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Restos a pagar inscritos	X 100 = R\$	<u>5.119.140,63</u>	X 100 =	2,61%
Despesa realizada	R\$	195.990.809,27		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Análise crítica do resultado - Verifica-se redução em relação ao exercício de 2008 (3,18%) e aumento em relação ao exercício de 2009 (1,77%).

15 - ÍNDICE RESTOS A PAGAR INSCRITOS E PAGOS

Descrição - Demonstra se todos os restos a pagar inscritos foram efetivamente pagos, conforme planejado no exercício passado.

Objetivo - Aferir o percentual de pagamento dos Restos a Pagar inscritos no ano anterior.
Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Saldo de restos a pagar pagos	X 100 =	R\$	2.908.186,98	X 100 =	92,61%
Saldo de restos a pagar inscritos		R\$	3.140.291,09		

Análise crítica do resultado - O indicador apresenta bom resultado. O TRE pagou 92,61% da totalidade dos valores inscritos no exercício de 2009.

16 - ÍNDICE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição - Informar o percentual das despesas diretas com pessoal e encargos sociais em relação ao total gasto no exercício.

Objetivo – Verificar a participação das despesas diretas de pessoal e encargos sociais no orçamento.
Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Pessoal e Encargos Sociais	X 100 =	R\$	161.818.914,29	X 100 =	82,56%
Despesa realizada		R\$	195.990.809,27		

Análise crítica do resultado - O evidencia que 82,56% do orçamento executado foi gasto com pessoal e encargos sociais.

17 - ÍNDICE OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Descrição - Informar o percentual das despesas diretas com outras despesas correntes em relação ao total gasto no exercício.

Objetivo – Verificar a participação das outras despesas correntes no orçamento.
Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Outras Despesas Correntes	X 100 =	R\$	32.565.752,66	X 100 =	16,62%
Despesa realizada		R\$	195.990.809,27		

Análise crítica do resultado - O índice prova que 16,62% do orçamento executado foi gasto com



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

outras despesas correntes.

18 - ÍNDICE INVESTIMENTOS

Descrição - Informar o percentual das despesas diretas com investimentos em relação ao total gasto no exercício.

Objetivo – Verificar a participação dos investimentos no orçamento.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Investimentos	X 100 =	R\$	<u>1.606.142,32</u>	X 100 =	0,82%
Despesa realizada		R\$	195.990.809,27		

Análise crítica do resultado - O índice revela que 0,82% do orçamento executado foi gasto com investimentos.

19 - ÍNDICE PRÉVIO EMPENHO

Descrição - Medir a relação entre a despesa realizada com prévio empenho e a despesa total.

Objetivo – Verificar o cumprimento do art. 60 da Lei 4.320/64.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Despesa realizada com prévio empenho	X 100 =	R\$	<u>195.990.809,27</u>	X 100 =	100,00%
Despesa realizada		R\$	195.990.809,27		

Análise crítica do resultado - O índice demonstra que 100% das despesas foram empenhadas previamente, conforme dispõe o artigo 60 da Lei 4320/64.

20 - ÍNDICE LRF

Descrição - Aferir o índice de despesas com pessoal tendo como parâmetro o limite imposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Objetivo – Verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Total da despesa líquida com pessoal	X 100 =	R\$	<u>124.421.277,00</u>	X 100 =	55,66%
Valor limite máximo com Pessoal			223.535.350,00		

Análise crítica do resultado - As despesas com pessoal e encargos sociais representam apenas 55,66% do limite legal fixado na LRF.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

21 – INDICADOR DE PAGAMENTOS

Descrição – Medir a quantidade de pagamentos realizados no prazo de vencimento em relação ao total de pagamentos efetuados.

Objetivo – Verificar se os pagamentos foram realizados no vencimento.

Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Pagamentos realizados dentro do prazo	X 100 =	$\frac{4879}{4879}$	X 100 =	100,00%
Total de pagamentos		4879		

Análise crítica do resultado - O índice aponta que 100% dos pagamentos foram realizados no prazo de vencimento.

22 - INDICADOR DO CUSTO POR ELEITOR - PLEITOS 2010

Descrição – É a divisão do valor total gasto nas Eleições 2010 pelo número de eleitores aptos.

Objetivo – Verificar o custo por eleitor.

Total Eleitores Aptos – Eleições 2010	8.090.802
---------------------------------------	-----------

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	$\frac{15.204.753,96}{8.090.802}$	=	R\$ 1,88
Número de Eleitores aptos		8.090.802		

Análise crítica do resultado - O indicador aponta que o custo por eleitor para o Pleito 2010 foi de R\$ 1,88. O resultado destaca-se entre os mais baixos do Estado brasileiro.

23 - INDICADOR DO CUSTO POR PARTIDO POLÍTICO - PLEITOS 2010

Descrição – É a relação do valor total gasto nas Eleições 2010 pelo número de Partidos Políticos.

Objetivo – Verificar o custo por Partido Político.

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	$\frac{15.204.753,96}{27}$	=	R\$ 563.139,04
Número de Partidos Políticos		27		

Análise crítica do resultado - O indicador revela que foi gasto o equivalente a R\$ 563.139,04 por Partido Político nas Eleições 2010.

24 - INDICADOR DO CUSTO POR ZONA ELEITORAL - PLEITOS 2010

Descrição – É a divisão do valor total gasto nas Eleições 2010 pelo número de Zonas Eleitorais.

Objetivo – Verificar o custo por Zona Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Total da despesa realizada com Pleitos Eleitorais	= R\$	15.204.753,96	=	R\$ 87.888,75
Número de Zonas Eleitorais		173		

Análise crítica do resultado - O indicador aponta que foi gasto o equivalente a R\$ 87.888,75 por Zona Eleitoral na Eleições 2010.

25 – INDICADOR DO NÚMERO DE ELEITORES POR JUIZ ELEITORAL.

Descrição – É a relação do número total de eleitores aptos nas Eleições 2010 pelo número de Juízes Eleitorais.

Objetivo – Verificar o número de eleitores aptos para cada Juiz Eleitoral.

Total de Eleitores aptos	=	8.090.802	=	46.768
Número de Juízes Eleitorais		173		

Análise crítica do resultado - O indicador revela uma proporção de 46.768 eleitores para cada Juiz Eleitoral.

26 – INDICADOR DO NÚMERO DE ELEITORES POR SERVIDORES EFETIVOS E SERVIDORES NÃO EFETIVOS.

Descrição – É a divisão do número total de eleitores aptos nas Eleições 2010 pelo número de servidores efetivos e não efetivos.

Objetivo – Verificar o número de eleitores aptos para cada servidor.

Total de Eleitores aptos	=	8.090.802	=	7.328
Número de Servidores efetivos e não efetivos		1.104		

Análise crítica do resultado - O indicador aponta uma proporção de 7.328 eleitores para cada servidor.

27 – INDICADOR DO NÚMERO DE JUÍZES ELEITORAIS POR PARTIDOS POLÍTICOS.

Descrição – É a relação do número Juízes Eleitorais pelo número de Partidos Políticos.

Objetivo – Verificar o número de Juízes Eleitorais para cada Partido Político.

Número de Juízes Eleitorais	=	173	=	6,41
Total de Partidos Políticos		27		



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Análise crítica do resultado - O indicador revela uma proporção de 6 Juízes por Partido Político.

28 – INDICADOR DO NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS E SERVIDORES NÃO EFETIVOS POR PARTIDOS POLÍTICOS.

Descrição – É a relação do número de servidores efetivos e não efetivos pelo número de Partidos Políticos.

Objetivo – Verificar o número servidores para cada Juiz Eleitoral.

Número de Servidores efetivos e não efetivos	=	1.104	=	40,89
Total de Partidos Políticos		27		

Análise crítica do resultado - O indicador aponta uma proporção de 40 servidores por Partido Político.

29 – INDICADOR DO NÚMERO DE JUÍZES ELEITORAIS POR ZONAS ELEITORAIS.

Descrição – É a divisão do número de Juízes Eleitorais pelo número total de Zonas Eleitorais.

Objetivo – Verificar o número de Juízes Eleitorais para cada Zona Eleitoral.

Número de Juízes Eleitorais	=	173	=	1,0
Total de Zonas Eleitorais		173		

Análise crítica do resultado - O indicador revela proporção de 1 Juiz por Zona Eleitoral.

30 – INDICADOR DO NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS E SERVIDORES NÃO EFETIVOS POR ZONAS ELEITORAIS.

Descrição – É a relação do número total de servidores efetivos e não efetivos lotados nas ZEs pelo número de Zonas Eleitorais.

Objetivo – Verificar o número de servidores lotados nas ZEs para cada Zona Eleitoral.

Número de Servidores efetivos e não efetivos lotados nas ZEs	=	707	=	4,09
Total de Zonas Eleitorais		173		

Análise crítica do resultado - O indicador revela proporção de 4 servidores lotados em cada zona eleitoral.



4 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO 13

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	172.238,52			
2009	143.906,85	0,00	143.906,85	0,00
2008	5.215.078,16	5.116.328,01	98.750,15	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	5.119.140,63			
2009	3.140.291,09	232.104,11	2.908.186,98	0,00
2008	5.372.112,81	2.881.060,98	2.347.051,83	144.000,00
...				
Observações: RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - CANCELADOS: CANCELAMENTO DE AJUSTES DE EXERC. ANTERIORES				

Fonte: SIAFI

A evolução da estratégia de pagamento dos Restos a Pagar adotada pela UJ

O valor correspondente a R\$ 5.116.328,01, inscrito no exercício de 2008, foi cancelado em virtude de erro de sistema. A diferença de R\$ 98.750,15, efetivamente inscrita, foi paga em 2009.

Em relação à evolução, o TRE tem inscrito baixos valores (menos de 0,5% da dotação aprovada) em Restos a Pagar Processados.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados, os valores inscritos no final de 2010, decorrem da não apresentação das faturas relativas ao Backbone Secundário pela empresa Brasil Telecom. Mesmo diante desse fato, o valor inscrito corresponde a 2,61% da dotação executada.

Os impactos na gestão financeira decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não houve pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

As razões e/ou circunstâncias para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro

Somente no exercício de 2008 houve um único caso relativo a empresa Elevadores Otis que não apresentou as faturas relativas aos serviços executados até o final de 2009.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

A existência de registro no SIAFI de valores referentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Não houve.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

Eventos positivos:

- A execução relativa a 2009 de 92,61% destacou-se entre as melhores de toda a Justiça Eleitoral, conforme informação do C. TSE em Encontro Nacional realizado em Brasília no mês de março;

- A prudência na inscrição de valores em Restos a Pagar.

Evento negativo:

- A não apresentação das faturas relativas ao Backbone Secundário por parte da empresa Brasil Telecom. Não fosse esse fato, a inscrição seria mais baixa em relação ao exercício anterior.

5 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas

A - Composição do quadro de servidores ativos

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada 31/12/2010

QUADRO 14

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	795	749		9
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	18	18	2	2
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	336	336	63	48
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	2	2		
1.4.2 Removidos	9	9	1	1
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada	2	2	3	2
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	42	42		
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	1	1		
2.2.4	Sem vínculo				
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	311	311		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total	1150	1104	69	62

Fonte: Coordenadoria de Pessoas - COPES

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2010.

QUADRO 15

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	92	358	385	225	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		6	7		
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: Coordenadoria de Pessoas – COPES

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010.

QUADRO 16

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					236	596	235	20	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					6	7			



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior							1		
2.3. Funções gratificadas									
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Coordenadoria de Pessoas – COPES

B - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010

QUADRO 17

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	63	4
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	9	2
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	23	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	3	
2.4 Outras	4	

Fonte: Coordenadoria Técnica – COTEC

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010.

QUADRO 18

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	60	2
2. Proporcional	1	

Fonte: Coodenadoria Técnica - COTEC



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

C - Composição do quadro de estagiários

Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 19

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim			92	89	297.930,00
<input type="checkbox"/> Área Meio					
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim			103	99	279.006,00
<input type="checkbox"/> Área Meio					

Fonte: Coordenadoria de Pessoal

D – Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

QUADRO 20

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	42.239.994,04	9.065.158,24	35.357.002,42	8.044.764,81	2.333.465,88	469.305,50	5.629.237,00	103.138.927,89
2009	45.451.420,15	10.591.383,16	38.433.954,78	4.748.171,81	2.109.473,39	476.968,23	8.651.210,29	110.462.581,51
2010	45.592.307,69	10.442.220,43	41.028.558,36	10.925.999,26	3.315.144,67	605.543,52	10.958.120,12	122.867.894,05
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		98.959,90	9.106,74	12.680,57	7.838,50	1.560,00	5.836,60	135.982,31
2009		109.280,88	9.106,74	3.098,56	4.060,10	1.560,00	5.677,36	132.783,64
2010		109.280,88	9.106,74	20.957,74	14.104,10	1.560,00	6.435,43	161.444,89
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008								
2009								
2010								

Fonte: Coordenadoria de Pessoas – COPEs

E – Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

QUADRO 21

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL														
UG/Gestão: 070021/00001							CNPJ: 05.885.797/0001-75							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos profissionais contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2005	L	O	07/2005	05.474.084/0001-19	07/05/05	31/08/10	19	19						E
2007	V	O	61/2007	87.134.086/0001-23	20/12/07	19/12/11	5	5						P
2008	L	O	08/2008	91.239.376/0001-09	01/04/08	31/03/10	1	1						E
2008	L	O	11/2008	05.894.575/0001-19	28/04/08	27/04/10	1	1						E
2008	L	O	12/2008	05.894.575/0001-19	16/05/08	15/05/10	1	1						E
2008	L	O	07/2008	87.343.257/0001-24	14/04/08	13/04/10	1	1						E
2008	L	O	10/2008	87.343.257/0001-24	05/05/08	04/05/08	1	1						E
2009	L	O	29/2009	05.474.084/0001-19	24/10/09	23/04/12	78	78						A
2010	L	O	26/2010	10.974.535/0001-17	01/09/10	01/03/13	19	19						A
Observação: No nível de escolaridade dos trabalhadores informado o número de postos. Na vigilância atuam 4 profissionais por posto.														



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de profissionais: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos Administrativos - Consolidação dos dados SECAM/STRAS

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO 22

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL													
UG/Gestão: 070021/00001						CNPJ: 05.885.797/0001-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos profissionais contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	15/2007	00.482.840/0001-38	30/05/07	29/05/11	6	6					P
2007	3	O	20/2007	05.474.084/0001-19	01/08/07	31/07/11	2	2					P
2008	1	O	03/2008	05.474.084/0001-19	22/06/10	21/06/12	5	5					E
2008	7	O	56/2008	06.996.041/0001-66	01/10/08	31/12/10	4	4					E
2010	1	O	16/2010	05.369.433/0001-32	24/03/08	21/06/10	7	7					A
<p>Observação: No nível de escolaridade dos profissionais informado o número de postos. Atuação de um profissional por posto, exceto recepção com dois profissionais por posto.</p>													
<p>LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Contratos administrativos respectivos. Consolidação dos dados SECAM/STRAS.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

QUADRO 23

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Auxiliares	1	6	Secretaria de Administração
Auxiliares	1	1	Secretaria de Tecnologia da Informação
Copeiragem	3	2	Secretaria de Administração
Limpeza	7	19	TRE-RS e Zonas Eleitorais de Porto Alegre
Limpeza	7	78	Zonas Eleitorais do Interior
Recepção	9	2	Secretaria de Administração
Vigilância Armada	8	5	Secretaria de Administração
Motorista	1	7	Secretaria de Administração

Observação:
Na quantidade foi informado o número de postos. No serviço de vigilância armada atuam 4 profissionais por posto, na recepção atuam dois profissionais por posto e nos demais serviços, um profissional por posto.

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Contratos administrativos respectivos. Consolidação dos dados SECAM/STRAS.

F – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

01. INDICADOR EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Descrição - verificar o número de servidores treinados em ações de capacitação em relação ao total de servidores.

Objetivo - considerando a estratégia da instituição de consolidar a política de capacitação dos servidores, este indicador informa o percentual de servidores treinados em ações de desenvolvimento no exercício.

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento - Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores treinados}}{\text{n}^\circ \text{ total de servidores}} \times 100 = \frac{676}{749} \times 100 = 90,25\%$



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Análise Crítica do Resultado - Demonstra que a Administração proporciona aos servidores cursos e treinamentos voltados ao desenvolvimento de suas competências em cumprimento ao planejamento estratégico. O indicador teve considerável melhora em relação à pontuação de 2009 (62,40%).

02. INDICADOR DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

Descrição - medir o n° de servidores com graduação e pós graduação (incluindo especialização, mestrado e doutorado) em relação ao total de servidores.

Objetivo - informar o resultado da gestão voltada à capacitação dos servidores.

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n° de servidores com formação acadêmica}}{\text{n° total de servidores}} \times 100 =$			
Número Total de Servidores	Formação Acadêmica	Número de Servidores com Formação Acadêmica	%
749	Graduação	638	85,18
	Especialização	238	31,78
	Mestrado	23	3,07
	Doutorado	4	0,53

Análise Crítica do Resultado - É importante a medição do quantitativo de servidores por formação acadêmica, pois demonstra a busca do servidor pelo seu aperfeiçoamento, em consonância com a política de capacitação do Tribunal visando a melhoria no atendimento prestado à sociedade. Houve melhoria em relação aos índices de 2009 (Graduação de 78,10% para 85,18%, Especialização de 21,63% para 31,78% e Mestrado de 3,03% para 3,07%).

03. INDICADOR DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Descrição - medir o número de servidores por faixa de adicional de qualificação em relação ao total de servidores.

Objetivo - demonstrar o resultado da gestão voltada à permanente capacitação dos servidores.

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n° de servidores por faixa de adicional de qualificação}}{\text{n° total de servidores}} \times 100 =$			
Número Total de Servidores	Número de Servidores com Adicional de Qualificação concedidos	Percentual de Adicional de Qualificação concedido	%
749	197	1%	26,30%
	259	2%	34,58%
	188	3%	25,10%



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Análise Crítica do Resultado - O indicador, por meio do quantitativo de adicionais de qualificação, revela que os servidores participam, em sua maioria, de ações de treinamento importantes para o aperfeiçoamento e renovação do conhecimento, tanto na área comportamental quanto na área técnica. É um incentivo que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados e na valorização dos servidores.

04. INDICADOR DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Descrição - apurar o percentual de servidores que alcançaram 70% na avaliação por competências para a progressão/promoção de classe funcional.

Objetivo - considerando a estratégia Avaliação por Competências, este indicador pretende apresentar o resultado da avaliação de desempenho dos servidores nos processos internos.
Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores que alcançaram 70\% na avaliação}}{\text{n}^\circ \text{ total de servidores}} \times 100 = \frac{746}{749} \times 100 = 99,60\%$
--

Análise Crítica do Resultado - O percentual apontado revela um ótimo aproveitamento, verificando-se que os servidores demonstram ter desempenho funcional satisfatório tanto na área técnica quanto na área comportamental, introjectando os valores e com atenção à visão da instituição.

05. INDICADOR DE ABSENTEÍSMO

Descrição - medir o percentual de dias não trabalhados pelos servidores no exercício.

Objetivo - demonstrar o percentual de servidores que faltaram ao trabalho para tratamento da própria saúde ou de seus familiares. O resultado do indicador deverá subsidiar a proposição de decisões acerca das ações preventivas de saúde no Tribunal.
Responsável: Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de dias não trabalhados}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores} \times \text{n}^\circ \text{ dias do ano}} \times 100 = \frac{6.368}{749 \times 229} \times 100 = 3,71\%$

Análise Crítica do Resultado - Em conformidade com o indicador do Conselho Nacional de Justiça, a medição leva em conta o número de dias não trabalhados, dividido pelo número de servidores versus o número de dias úteis no período. O indicador serve como parâmetro para ações preventivas em relação à saúde do servidor e sua família – Programa de Acompanhamento à Saúde. O indicador de 2010 apresenta melhor resultado em relação a 2009.



06. INDICADOR DE ACIDENTES DE TRABALHO

Descrição - medir o nº de acidentes em serviço em relação ao total de servidores.

Objetivo - apresentar o percentual de acidentes no intuito de verificar a necessidade de implementar medidas diretas visando à prevenção de acidentes no local de trabalho, bem como a participação do Tribunal em campanhas externas.

Responsável: Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de acidentes em serviço}}{\text{n}^\circ \text{ total de servidores}} \times 100 = \frac{1}{749} \times 100 = 0,13\%$
--

Análise Crítica do Resultado - O baixo índice de acidentes em serviço e considerando que nenhum deles ocorreu no local de trabalho demonstra não haver necessidade da adoção de medidas preventivas internas.

07. INDICADOR DE PERFIL ETÁRIO

Descrição - apurar o número de servidores por faixa etária em relação ao total de servidores.

Objetivo - verificar o perfil etário com vistas às ações voltadas à prevenção, saúde e aposentadoria dos servidores. O indicador ainda poderá subsidiar estudos acerca da implementação de programas relativos ao desenvolvimento dos servidores por faixa etária .

Responsável: Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores por faixa etária}}{\text{n}^\circ \text{ total de servidores}} \times 100 =$			
Faixa Etária	Número de Servidores	Idade Média	%
18 – 25	0	-	0
*25 - 35	189	31,02	25,10
*35 - 40	155	37,85	21,12
*40 - 45	127	42,23	16,87
*45 - 50	131	47,43	17,40
50 - 55	87	52,28	11,55
55 - 60	38	57,05	5,05
60 - 70	22	64,07	2,92
Total	749	41,94	100

Análise Crítica do Resultado - Constata-se que as ações do órgão devem estar voltadas aos servidores alocados na faixas etárias demarcadas (25 a 50 anos).



08. INDICADOR DE ROTATIVIDADE – *TURNOVER*

Descrição - apurar o número de vacâncias em relação ao número de cargos providos no exercício.

Objetivo - o indicador demonstra o percentual de rotatividade no órgão com vistas à implementação de concurso público e realocação de servidores.

Responsável: Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de vacâncias no período}}{\text{n}^\circ \text{ de cargos providos}} \quad \times \quad 100 \quad = \quad \frac{9}{749} \quad \times \quad 100 \quad = \quad 1,20\%$

Análise Crítica do Resultado - O indicador demonstra o baixo índice de rotatividade de servidores no TRE-RS.

09. INDICADOR DE INDISCIPLINA

Descrição: medir o percentual de servidores envolvidos em processo administrativo disciplinar, **com aplicação de penalidade**, em relação ao total de servidores.

Objetivo: Informar a Administração sobre a observância das normas legais e acompanhamento do desempenho dos servidores.

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores que respondem PAD}}{\text{n}^\circ \text{ total de servidores}} \quad \times \quad 100 \quad = \quad \frac{3}{749} \quad \times \quad 100 \quad = \quad 0,40$
--

Análise Crítica do Resultado - Verifica-se que o reduzido número apontado indica a observância das normas vigentes e avaliação satisfatória dos servidores.

7 – Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

As informações referentes a contratos e outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010. Relativamente a convênios, informamos que este Regional não possui instrumentos com as características/requisitos daqueles que devem ser publicados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

8 – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas – Anexo I.

Declarações da Unidade de Pessoal - Anexo I

9 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO 24

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Os quesitos foram examinados e respondidos pela alta administração do Tribunal em reunião realizada no dia 02/03/2011 na sala do Senhor Diretor-Geral. Participaram da reunião a Secretária de Administração, o Secretário de Orçamento e Finanças, a Secretária de Controle Interno, a Coordenadora de Acompanhamento e orientação de gestão, o Assessor de Planejamento Estratégico e o Diretor-Geral.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte – Diretoria Geral

10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia de informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

QUADRO 25

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como materiais que não prejudicam a natureza.	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex.: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual a certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ ou água. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>A aquisição de monitores LCD contribuiu na diminuição do consumo de energia.</i>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento. • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5940/2006					X
Considerações Gerais: Os quesitos deste questionário foram analisados e respondidos durante a reunião ordinária semanal dos Coordenadores e Secretário abrangendo todas as áreas da Secretaria.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte – STI - TRE/RS



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO 26

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
	Porto Alegre	3	3
	Caxias do Sul	1	1
	Pelotas	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	Não há	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: SPIUNET e registros nos processos administrativos

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

QUADRO 27

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
	Alegrete	1	1
	Alvorada	1	1
	Antônio Prado	1	1
	Arroio do Meio	1	1
	Arroio do Tigre	1	1
	Arroio Grande	1	1
	Arvorezinha	2	2
	Augusto Pestana	1	1
	Bagé	1	1
	Barra do Ribeiro	1	1
	Bento Gonçalves	1	1
	Bom Jesus	1	1
	Butiá	1	1
	Caçapava do Sul	1	1
	Cachoeira do Sul	1	1
Cachoeirinha	1	1	



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
	Camaquã	1	1
	Campina das Missões	1	1
	Campo Bom	1	1
	Candelária	1	1
	Canela	1	1
	Canguçu	2	2
	Canoas	1	1
	Capão da Canoa	2	2
	Carazinho	2	1
	Carlos Barbosa	1	1
	Casca	1	1
	Cerro Largo	1	1
	Constantina	1	1
	Coronel Bicaco	2	2
	Crissiumal	1	1
	Cruz Alta	1	1
	Dois Irmãos	1	1
	Dom Pedrito	1	1
	Encantado	1	1
	Encruzilhada do Sul	1	1
	Erechim	1	1
	Espumoso	1	1
	Estância Velha	1	1
	Esteio	1	1
	Estrela	1	1
	Farroupilha	1	1
	Faxinal do Soturno	1	1
	Feliz	1	1
	Flores da Cunha	1	1
	Frederico Westphalen	1	1
	Garibaldi	1	1
	Gaurama	1	1
	Getúlio Vargas	1	1
	Giruá	1	1
	Gramado	1	1
	Gravataí	2	2

BRASIL



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
	Guaíba	1	1
	Guaporé	1	1
	Horizontina	1	1
	Ibirubá	1	1
	Igrejinha	2	2
	Ijuí	1	1
	Itaqui	1	1
	Jaguarão	1	1
	Jaguari	1	1
	Júlio de Castilhos	1	1
	Lagoa Vermelha	1	1
	Lajeado	1	1
	Marau	2	2
	Montenegro	1	1
	Mostardas	1	1
	Não-me-toque	1	1
	Nonoai	1	1
	Nova Petrópolis	1	1
	Nova Prata	1	1
	Novo Hamburgo	1	1
	Osório	1	1
	Palmares do Sul	1	1
	Palmeira das Missões	1	1
	Panambi	1	1
	Passo Fundo	1	1
	Pedro Osório	1	1
	Pinheiro Machado	1	1
	Piratini	1	1
	Planalto	1	1
	Porto Alegre	2	2
	Quaraí	1	1
	Restinga Seca	1	1
	Rio Grande	1	1
	Rio Pardo	2	1
	Rodeio Bonito	1	1
	Ronda Alta	2	2

BRASIL



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
BRASIL	Rosário do Sul	1	1
	Sananduva	2	2
	Santa Cruz do Sul	1	1
	Santa Maria	1	1
	Santa Rosa	1	1
	Santa Vitória do Palmar	1	1
	Santana do Livramento	1	1
	Santiago	1	1
	Santo Antônio da Patrulha	1	1
	Santo Ângelo	1	1
	Santo Antônio das Missões	1	1
	Santo Augusto	1	1
	Santo Cristo	1	1
	São Borja	1	1
	São Francisco de Assis	1	1
	São Francisco de Paula	1	1
	São Gabriel	1	1
	São Jerônimo	1	1
	São José do Norte	1	1
	São José do Ouro	1	1
	São Leopoldo	1	1
	São Lourenço do Sul	2	2
	São Luiz Gonzaga	1	1
	São Marcos	1	1
	São Pedro do Sul	1	1
	São Sebastião do Caí	1	1
	São Sepé	1	1
	São Valentim	1	1
	São Vicente do sul	1	1
	Sapiranga	1	1
	Sapucaia do Sul	2	3
	Sarandi	1	1
	Seberi	1	1
Sobradinho	1	1	
Soledade	1	1	
Tapejara	1	1	



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
	Rio Grande do Sul	Σ	Σ
BRASIL	Tapera	1	1
	Tapes	1	1
	Taquara	1	1
	Taquari	1	1
	Tenente Portela	1	1
	Teutônia	1	1
	Torres	1	1
	Tramandaí	1	1
	Três de Maio	1	1
	Três Passos	1	1
	Triunfo	1	1
	Tupanciretã	1	1
	Uruguaiana	1	1
	Vacaria	1	1
	Venâncio Aires	1	1
	Veranópolis	1	1
	Viamão	1	1
Subtotal Brasil		155	154
EXTERIOR	Não há	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		155	154

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Imóveis – GERIM e processos administrativos



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

12 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

QUADRO 28

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos para a TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI	50 Servidores e 5 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	5,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI					X
14. O órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Os quesitos deste questionário foram analisados e respondidos durante a reunião ordinária semanal dos Coordenadores e Secretário abrangendo todas as áreas da Secretaria.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte – STI - TRE/RS



13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n^os 5.355/2005 e 6.370/2008.

Registra-se, inicialmente, que este Órgão não firmou o Termo de Adesão para a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, tendo em vista que os pagamentos das despesas realizadas para o atendimento das necessidades de serviço deste Regional não se coadunam com as disposições insertas na legislação aplicável à matéria. Posteriormente, a presidência do C. TSE proibiu a utilização do referido cartão.

De outra parte, considerando a excepcionalidade das despesas que podem ser pagas por meio de suprimento de fundos foram expedidas diversas orientações para todas as Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Sul, no intuito de instruir os servidores acerca da adequada observância da legislação pertinente.

Demais disso, o roteiro para utilização excepcional do suprimento de fundos, elaborado pela SOF, está divulgado na página da Intranet deste Órgão, com o fito de servir como guia de consulta permanente a todos os usuários desta modalidade de pagamento.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO 29

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 021.566/2006-0	AC-0061-03/09-0	9.2	RE	Circular
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
Descrição da Deliberação:					
Recomendar ao TRE-RS que procedesse à correção da vantagem pecuniária individual da Lei 10.698/2003, incluída nas aposentadorias e pensões que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, de forma que tal parcela seja paga de acordo com a proporção dos proventos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno e Auditoria					
Síntese da providência adotada:					
Ofício SCI n. 24/2010, informando que no âmbito do TRE-RS, a parcela relativa à VPI da Lei n. 10.698/2003 já resta proporcionalizada em conformidade com a orientação contida no Ofício-Circular TSE n. 986/2009, datado de 09 de março de 2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
O conteúdo da Recomendação já vinha sendo cumprido pelo Tribunal Regional Eleitoral desde o exercício de 2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a Recomendação continha orientação já adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, não há análise crítica de fatores positivos/negativos a ser apontada.					



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

QUADRO 30

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 021.406/2009-1	AC-2527-34/10-0	1.5.1	DE	Comunicação Deliberação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul					
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao TRE-RS a adoção de providências necessárias a fim de que a Resolução Administrativa TRE/RS n. 177/2008 se enquadre aos ditames da Lei n. 11.416/2006, especificadamente no que tange à impossibilidade de contratação indireta de serviços equivalentes àqueles prestados pelos Técnicos Judiciários das especialidades Transporte e Segurança, os quais estão expressamente previstos na referida lei e, por isso, requerem que sejam preenchidos por meio de concurso público.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Pedido de Reexame face à deliberação contida no item 1.5.1 da Deliberação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a solicitação de reexame permanece em tramitação no Tribunal de Contas da União, não há fatores positivos/negativos a serem analisados, no curso da elaboração do presente relatório.					

16- Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Durante o exercício de 2010, não houve recomendação em nota de auditoria realizada pela unidade de controle interno, a demandar providências pelo Tribunal Regional Eleitoral do RS, razão pela qual os quadros A.15.3 e A.15.4 não restaram preenchidos.



17 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Processos de sindicância instaurados para apuração de fatos e responsabilidades relacionados ao erário:

- **Processo nº 24544/2002** – Sindicância instaurada no Cartório Eleitoral da 89ª ZE – Três de Maio – para apurar o extravio de vales-alimentação não distribuídos a mesários, conforme já relatado na Tomada de Contas 2003. Após a análise do Ministério Público Eleitoral, uma cópia do processo foi remetida à Procuradoria Seccional da União de Passo Fundo, que ajuizou ação de ressarcimento ao erário na Vara Federal de Santa Rosa/RS. A sentença julgou que houve conduta culposa do réu causando danos ao Erário. Negado recurso por unanimidade. TRE aguarda conclusão. Processo Administrativo relatado na Tomada de Contas Anual do TRE/RS – exercício 2009.
- **Processo nº 45709/2008** – Furto de um telefone celular fornecido em comodato pela empresa BRASIL TELECOM ocorrido em local público e registrado em ocorrência policial. Foi afastada a responsabilidade do servidor que tinha a posse do aparelho. A empresa não cobrou o ressarcimento do aparelho desaparecido. Processo Administrativo relatado na Tomada de Contas Anual do TRE-RS – exercício 2009 – e arquivado em 15.07.2010.
- **Processo nº 28834/2009** – Acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do TRE/RS (Parati – placa IPI 2713). Registrada a ocorrência do acidente pela Brigada Militar de Passo Fundo/RS e instaurada sindicância, cuja conclusão apontou o Sr. José Carlos Funk como condutor responsável pelo acidente. Os danos resultantes no veículo do TRE/RS não foram ressarcidos, sendo acionado o seguro facultativo do contratado por este regional, acarretando gastos no valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais). Posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Regional da União – 4ª Região, que ajuizou ação de ressarcimento ao Erário na vara Federal de Cruz Alta. O TRE/RS aguarda decisão.
- **Processo nº 17276/2010** - Acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do TRE/RS (VW Kombi, placa INN 2032). A comissão de sindicância apontou o particular sr. Everton Davi Bauermann como responsável pelo acidente. O veículo do TRE/RS não necessitou de reparos e não foi depreciado em função do acidente. Processo administrativo arquivado em 28.06.2010.
- **Processo nº 20162/2010** – Processo administrativo disciplinar. Penalidade de suspensão a servidores por violação de dispositivos da Lei n. 8.112/90, artigos 129, *caput, in fine*, 128 e 130, *caput*. Ato publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul – DJERS, em 10 de novembro de 2010. Acórdão que negou provimento aos recursos, exarado em 17 de dezembro de 2010.
- **Processo nº 23422/2010** – Sindicância instaurada no Cartório Eleitoral da 48ª ZE, São Francisco de Paula, para apurar o desaparecimento de *flash card* no interior do cartório. Não foi possível esclarecer os fatos e, por consequência, identificar a autoria. Recomendação ao cartório eleitoral de aprimoramento do controle patrimonial sob sua responsabilidade. Processo concluído em 20 de julho de 2010.
- **Processo nº 32842/2010** – Processo administrativo disciplinar. Demissão de servidora por violação de dispositivos da Lei n. 8.112/90, artigos 132, X e XIII, combinado com o artigo 117, XV e XVI. Portaria P n. 02, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Grande do Sul – DJERS, em 13 de novembro de 2011. Durante o curso da elaboração do presente relatório, o processo encontrava-se em fase de julgamento de recurso perante o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

- **Processo nº 40024/2010** – Processo administrativo disciplinar. Penalidade de suspensão a servidor por violação de dispositivos da Lei n. 8.112/90, artigos 129, *caput*, *in fine*, 128 e 130, *caput*. Decisão exarada em 17 de novembro de 2010. Durante o curso da elaboração do presente relatório, o processo encontrava-se em fase de julgamento de recurso perante o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.
- **Processo nº 40972/2010** – Acidente de trânsito envolvendo veículo da frota do TRE/RS (VW Kombi, placa ILX 0841). A comissão de sindicância apontou a responsabilidade do condutor do motociclo, Cleber Pereira da Rosa. Oficiado para o pagamento das despesas, o particular alegou impossibilidade de arcar com o dispêndio, por fim suportado por este órgão no valor de R\$ 464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais). Ofício de 23.12.2010 à Procuradoria Regional da União, a fim de que se obtenha o ressarcimento dos prejuízos.
- **Processo nº 45388/2010** – Processo administrativo disciplinar. Demissão de servidor por violação de dispositivos da Lei n. 8.112/90, artigos 117, XV, 132, VI e XIII, e artigo 116, I e III, combinado com os artigos 3º e 4º da Resolução TSE n. 22.901/08. Portaria P n. 208, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul – DJERS, em 13 de dezembro de 2010. Acórdão que negou provimento a recurso, por unanimidade, exarado em 15 de fevereiro de 2011.

B - Informações contábeis que devem compor o Relatório de Gestão

1 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada – Anexo II



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

C - Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins

Informações específicas a constar do Relatório de Gestão

1 - Vinculadas à Justiça Eleitoral – Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos Art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

Relação dos diretórios de partidos no Estado

QUADRO 31

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		N.	DATA		
DEM	Democratas	23		Onyx Dornelles Lorenzoni	04-06-09/20-10-11
DEM	Democratas	23		Marco Antônio Lang	04-06-09/20-10-11
DEM	Democratas	23		Reginaldo da Luz Pujol	23-11-07/20-10-11
DEM	Democratas	23		José Francisco Ferreira da Luz	23-11-07/20-10-11
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65		Adalberto Luiz Frasson	29-11-09/29-11-11
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65		Carlos Fernando Niedersberg	29-11-09/29-11-11
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65		Roberto Sum da Silva	29-11-09/29-11-11
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65		Cora Maria Teixeira Chiappetta	29-11-09/29-11-11
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21		Edson Marcos Machado Canabarro	05-08-2008/Indet.
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21		Hans Baumann	05-08-2008/Indet.
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21		Airan Militiski Aguiar	05-08-2008/Indet.
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21		Humberto Setembrino Correa Carvalho	05-08-2008/Indet.
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Romildo Bolzan Júnior	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Adroaldo Mousquer Loureiro	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Flávio Luiz Lammel	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Darci Pompeo de Mattos	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Miguelina Paiva Vecchio	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Nereu D'Ávila	29-04-08/29-04-11
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12		Antônio Gilson de Brum	29-04-08/29-04-11
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Pedro Luis Cabral Nunez	14-11-09/02-07-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Uilian Oliveira Machado	14-11-09/02-07-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Carlos Alberto da Silveira Correa	14-11-09/02-07-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Cristiano Jannone Carrion	14-11-09/02-07-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Mauro Bernardo de Lima	14-11-09/02-07-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Pedro Luis Cabral Nunes	05-07-10/20-10-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Felix El khouri El Beani	05-07-10/20-10-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Fábio Esmérico Medeiros	05-07-10/20-10-10



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Jorge Brilhante Flores	05-07-10/20-10-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Uilian Oliveira Machado	05-07-10/20-10-10
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Pedro Luis Cabral Nunes	21-10-10/Indet.
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Antônio Irineu de Oliveira	21-10-10/Indet.
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31		Fábio Esmérico Medeiros	21-10-10/Indet.
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Pedro Jorge Simon	17-12-06/26-10-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Márcio Della Valle Biolchi	17-12-06/26-10-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Márcio Della Valle Biolchi	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Marcelo de Andrade Machado	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Maria Helena Sartori	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Gabriel Vieira de Souza	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Eliseu Lemos Padilha	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Rodolfo Rospide Neto	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		André de Oliveira Carús	17-12-06/15-11-10
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Ibsen Valls Pinheiro	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Maria Helena Sartori	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Clair Tomé Kuhn	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Darcisio Paulo Perondi	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Vilmar Perin Zanchin	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		João Alberto Machado Cardoso	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Bomfilho Seben	19-12-10/19-12-12
PMDB	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	15		Rafael Braga Librelotto	19-12-10/19-12-12
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33		Fábio Cristiano Alves	30-07-05/Indet.
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33		José Luiz Porto Ferreira	30-07-05/Indet.
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33		José Carlos Ribeiro Hudson Filho	30-07-05/Indet.
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33		Ademir Vieira	30-07-05/Indet.
PP	Partido Progressista	11		Pedro Henrique Bertolucci	26-09-09/26-09-11
PP	Partido Progressista	11		Glademir Aroldi	26-09-09/26-09-11
PP	Partido Progressista	11		Cláudio Affonso Amoretti Bier	26-09-09/26-09-11
PP	Partido Progressista	11		Luiz Carlos Mandelli	26-09-09/26-09-11
PP	Partido Progressista	11		Antônio Gregório Goidanich	26-09-09/26-09-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Antônio Berfran Acosta Rosado	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Antônio Carlos Gomes da Silva	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Carla maria Spech	20-06-09/20-06-11



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PPS	Partido Popular Socialista	23		Cezar Augusto Busatto	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Luciano Palma de Azevedo	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Nélson Luiz Proença Fernandes	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Paulo Odone Chaves Araújo Ribeiro	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Sérgio Augusto Jury Arnoud	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Sérgio Camps de Moraes	20-06-09/20-06-11
PPS	Partido Popular Socialista	23		Mário Bernd Neto	20-06-09/20-06-11
PR	Partido da República	22		João de Deus Antunes	01-10-09/21-10-10
PR	Partido da República	22		Oscar Streb Sartorio	01-10-09/21-10-10
PR	Partido da República	22		Clóvis Hech	01-10-09/21-10-10
PR	Partido da República	22		Mariel Santos Reis	01-10-09/21-10-10
PR	Partido da República	22		Jorge Horácio Correa	01-10-09/21-10-10
PR	Partido da República	22		Cajar Onesimo Ribeiro Nardes	21-12-10/Indet.
PR	Partido da República	22		Arlindo Bonete Pereira	21-12-10/Indet.
PR	Partido da República	22		Mariel Santos Reis	21-12-10/Indet.
PR	Partido da República	22		Gilberto Estevão Stefanello	21-12-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Waldir Canal	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Jorge Ricardo Xavier	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		César Augusto Ribas Moreira	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Gabriel André Teixeira Machado	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Eduardo Altafini Gomes da Silva	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Rosmari Cabreira da Rosa	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Aline Maria Aparecida Canal	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Sérgio Renato Teixeira	05-05-09/20-01-10
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Waldir Canal	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Miro Joaquim dos Santos	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Everaldo Ramos de Moura	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Pablo José Camboim de Souza	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Antônio Carlos Gomes da Silva	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Eduardo Altafini Gomes da Silva	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Sérgio Renato Teixeira	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Rafael Grandi dos Santos	
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		César Augusto Ribas Moreira	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Roberto Henke	20-01-10/Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10		Aline Maria Aparecida Canal	20-01-10/Indet.
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Sérgio Fett Sparta de Souza	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		José Edgar Paranhos Wiczorek	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Guilherme da Costa	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Carlos Alberto Ribeiro Sanchez	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Mauro Augusto Castellan dos Santos	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Lauro Elemar Pfeifer	28-09-09/Indet
PRP	Partido Republicano Progressista	44		Silvio Dadia Sempio	28-09-09/Indet
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Sandro Ricardo Lacau de Macedo	15-10-08/13-04-09
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Michele Dias Pereira	15-10-08/13-04-09
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Gilmar Oliveira de Lima	15-10-08/13-04-09
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Antônio Carlos Rodrigues de Oliveira	15-10-08/13-04-09
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Roselaine Weber Maske	15-10-08/13-04-09
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Paulo Ricardo Carvalho Sena	03-05-10/03-11-10
PRTB	Partido Renovador Trabalhista	28		Maria Rosângela Claas	03-05-10/03-11-10



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

	Brasileiro				
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Charles Ripalda Lima	03-05-10/03-11-10
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Vera Lucia Porto Rodrigues	03-05-10/03-11-10
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Sílvia Ivonice Carvalho Sena	03-05-10/03-11-10
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		Tadeu da Silva França	03-05-10/03-11-10
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28		José Márcio Boeira de Souza	03-05-10/03-11-10
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Caleb Medeiros de Oliveira	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Luiz Roberto de Albuquerque	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Heitor José Schuch	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Mari Elisabeth Trindade Machado	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Volmir José Miki Breier	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Ayres Luiz Apolinário	30-10-08/30-10-11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40		Carlos Alberto Vollmer	30-10-08/30-10-11
PSC	Partido Social Cristão	20		Maria Delurdes P de Almeida	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		João de Deus	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Mariel Santos Reis	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Volni Pompeo Vieira	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Paulo L. De Azevedo Moreno	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Getúlio Vargas	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Adolfo Wanovich Estevão	24-03-09/06-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Maria Delurdes P de Almeida	07-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Paulo Lavaniere de Azevedo Moreno	07-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Gilberto Souza de Souza	07-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Wagner Calheirana	07-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Cláudio Getúlio Vargas	07-06-10/07-06-10
PSC	Partido Social Cristão	20		Getúlio Vargas	22-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Joel Bitencourt Serra	07-06-10/24-03-13
PSC	Partido Social Cristão	20		Volni Pompeo Vieira	07-06-10/24-03-13
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Cláudio Castanheira Dias	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Rodrigo Froelich Wenzel	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Lindemar Franzon	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Jorge Alberto Xavier Hias	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Ruy Pauletti	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Bercilio Osvaldo Luiz da Silva	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Jesus Humberto Coffy Rodrigues	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Carlos Alberto Martins Callegaro	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Lorena de Fátima Arrué Dias	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Tadeu Gonzaga Martins	18-10-09/15-04-11
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45		Paulo César Aguiar Souza	18-10-09/15-04-11



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Luiz Carlos Coelho Prates	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Osmar Batista da Silva Filho	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Francisco Gonçalves da Silva	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Elaine de Castro Menda	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Jomar Florindo Silveira dos Santos	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Flávio dos Santos Silva	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Albani dos Santos Pereira	29-09-09/29-03-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Leni Thomaz Gomes	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Rafael Thomaz Gomes	08-09-09/03-12-10
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27		Carolina Borges Avallone	08-09-09/03-12-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Oswaldo Cezar Ibaldo	13-08-09/19-07-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Cleni Silva de Oliveira	13-08-09/19-07-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Luis Golim	13-08-09/19-07-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Edson Ferreira Guiné	20-07-10/20-10-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Paulo Fernando Alves da Porciúncula	20-07-10/20-10-10
PSL	Partido Social Liberal	17		Luiz Francisco de Azevedo Gall	20-07-10/20-10-10
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50		Carlos Roberto de Souza Robaina	12-07-09/12-07-11
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50		Neiva Ines Lazzarotto	12-07-09/12-07-11
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50		Mário Augusto de Azeredo	12-07-09/12-07-11
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50		Etelvaldo Souza Teixeira	12-07-09/12-07-11
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50		Daniela Conte	12-07-09/12-07-11
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16		Vera Justino Guasso	07-03-03/Indet.
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16		Douglas Santos Alves	07-03-03/Indet.
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16		Carlos Henrique de Almeida	07-03-03/Indet.
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16		Altemir Paulo Cozer	07-03-03/Indet.
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Olívio de Oliveira Dutra	27-12-07/10-02-10
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Cícero Villanil Balestro	27-12-07/10-02-10
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Sérgio Kumpfer	19-03-09/10-02-10
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Carlos Pestana Neto	04-06-08/10-02-10
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Sérgio Luis Alves Nazário	15-06-09/10-02-10
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Raul Jorge Anglada Pont	10-02-10/20-02-14
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Cicero Villanil Balestro	10-02-10/20-02-14
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Marcel Martins Frison	10-02-10/20-02-14
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Estilac Martins Rodrigues Xavier	10-02-10/20-02-14
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Carlos Pestana Neto	10-02-10/20-02-14
PT	Partido dos Trabalhadores	13		Sérgio Luis Alves Nazário	10-02-10/20-02-14
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Luis Carlos Lima da Silva	16-11-09/13-12-10
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Tarsis Paulo Alves Dornelles	16-11-09/13-12-10
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Ademar de Araújo Carvalho	16-11-09/13-12-10
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Cezar Augusto Vieira de Oliveira	16-11-09/13-12-10
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Luiz Erni Bonelli	16-11-09/13-12-10
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70		Antônio Costa Correa	16-11-09/13-12-10
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Luis Augusto Barcelos Lara	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Sérgio Ivan Moraes	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Aloísio Talso Classmann	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		João Carlos Brum	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Jorge Antônio Dornelles Carpes	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Maurício Alexandre Dziedricki	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Nelcir Reimundo Tessaro	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		José Heitor de Souza Gularte	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Cláudio Antônio Manfroi	20-12-08/28-04-11



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Carlos José de Carvalho Vargas	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Paulo Leonardo Ott	20-12-08/04-03-10
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Luiz Carlos Ghiorzzi Busato	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Elói Francisco Pedroso Guimarães	20-12-08/28-04-11
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Pedro Gabriel Kenne da Silva	20-12-08/04-03-10
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14		Paulo Leonardo Ott	05-03-10/28-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		João Carlos Mendonça Rodrigues	02-04-09/01-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		Luiz Fernando Gonzalez Rosa da Silva	02-04-09/01-01-10
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		Paulo Machado Klump	02-04-09/01-01-10
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		Paulo Machado Klump	01-01-10/01-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		Luiz Fernando Gonzalez Rosa da Silva	01-01-10/01-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		José Pessi	01-01-10/01-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		Alexandre Leal de Campos	01-01-10/01-04-11
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36		João Flores Nunes	02-04-09/01-04-11
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Kennedy Rene Rodrigues da Silva	03-08-09/Indet
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Deonir Delmar Machado de Oliveira	03-08-09/Indet
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Maria Claudeci da Silva	03-08-09/Indet
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Camila da Silva	03-08-09/05-04-10
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Cleber Dione Martins Oliveira	03-08-09/08-04-10
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19		Fabício Farias Corrêa	03-08-09/05-04-10
PV	Partido Verde	43		Edison Pereira de Souza	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		João Camargo Nascimento	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		Roberto Rachelle Winkler	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		Willian Melo da Silva	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		Luciano Perlin Muller	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		Luciane Neme Steinbach	10-12-08/04-03-10
PV	Partido Verde	43		Marivaine Alencastro Barbosa	04-03-10/14-03-11
PV	Partido Verde	43		Roberto Rachelle Winkler	04-03-10/14-03-11
PV	Partido Verde	43		Nelton Vantuir Schmiat	04-03-10/14-03-11
PV	Partido Verde	43		José Renato Rossal Carvalho	04-03-10/14-03-11

Fonte: SGIPWEB - Sistema de Gerenciamento de Informação Partidária do TSE - 18-01-2011

Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.

QUADRO 32

Valores em \$1,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2010	2009	2008
DEM	88.000,00	119.000,00	368.000,00
PC do B	0,00	0,00	0,00
PCB	0,00	0,00	0,00
PDT	408.400,00	320.500,00	431.196,00
PHS	0,00	0,00	0,00
PMDB	900.226,04	522.824,33	295.537,42
PMN	0,00	0,00	0,00
PP	402.000,00	388.000,00	26.000,00



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PPS	40.000,00	45.000,00	50.000,00
PR	0,00	0,00	0,00
PRB	0,00	0,00	0,00
PRP	0,00	0,00	0,00
PRTB	²	0,00	0,00
PSB	208.238,51	288.795,79	166.412,04
PSC	0,00	62.500,00	20.000,00
PSDB	0,00	125.397,82	169.690,65
PSDC	0,00	0,00	0,00
PSL	0,00	0,00	0,00
PSOL	79.570,32	176.291,97	219.275,39
PSTU	²	0,00	0,00
PT	499.616,15	459.329,17	397.242,68
PT do B	¹	0,00	0,00
PTB	198.000,00	7.000,00	5.490,00
PTC	0,00	0,00	0,00
PTN	²	0,00	0,00
PV	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	2.824.051,02	2.514.639,08	2.148.844,18

Fonte: Diretórios Estaduais, em resposta ao Ofício Circular P/SCI n. 001-2011

As contas dos partidos políticos referente ao exercício de 2010 serão prestadas até o dia 30-04-2011, razão pela qual oficiou-se as agremiações para que informassem os recursos do Fundo Partidário percebidos em 2010.

¹ Não recebeu o ofício, esteve ausente e não procurou a correspondência no Correio. Após várias tentativas, foi possível contato, via telefone celular com Sr. Carlos, que está morando em Santa Rosa. O mesmo informou um endereço para enviarmos o ofício, o qual foi remetido em 11-03-2011. O Sr. Carlos informou que não recebeu recursos do Fundo Partidário no exercício de 2010.

² Foram realizadas diversas tentativas por telefone, contudo, não foi possível contato.

Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência

QUADRO 33

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2010
DEM	30/04/2010	122178	Em análise pela unidade técnica
PC DO B	29/04/2010	88052	Em análise pela unidade técnica
PDT	30/04/2010	122603	Em análise pela unidade técnica
PMDB	30/04/2010	126245	Em análise pela unidade técnica
PMN	14/05/2010	230177	Em análise pela unidade técnica
PP	29/04/2010	97230	Em análise pela unidade técnica
PPS	30/04/2010	95154	Em análise pela unidade técnica
PR	30/04/2010	123040	Em análise pela unidade técnica
PRB	22/04/2010	65617	Em análise pela unidade técnica
PRP	30/06/2010	372120	Em análise pela unidade técnica
PSB	30/04/2010	121571	Em análise pela unidade técnica
PSC	14/05/2010	230954	Em análise pela unidade técnica
PSDB	30/04/2010	122785	Em análise pela unidade técnica
PSOL	30/04/2010	122518	Em análise pela unidade técnica
PT	30/04/2010	122870	Em análise pela unidade técnica
PTB	29/04/2010	90480	Em análise pela unidade técnica
PTC	30/04/2010	121304	Em análise pela unidade técnica

Fonte: Processos



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2009

QUADRO 34

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PCB	Ofício P n. 109/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PHS	Ofício P n. 113/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PRTB	Ofício P n. 114/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PSDC	Ofício P n. 107/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PSL	Ofício P n. 111/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PSTU	Ofício P n. 115/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PT DO B	Ofício P n. 108/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PTN	Ofício P n. 112/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário
PV	Ofício P n. 106/2010 ao Diretório Nacional para suspensão de repasse do Fundo Partidário

Fonte: Processos

Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos

QUADRO 35

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2009	2008	2007	2006	2005
DEM	AN	AN	RE	AR	DP
PC DO B	AN	DP	DP	DP	DP
PCB	NP	NP	DP	DP	DP
PCO	Sem Diretório	NP	NP	NP	NP
PDT	AN	AN	AN	AR	AP
PHS	NP	NP	NP	DP	DP
PMDB	AN	AN	RE	RE	RE
PMN	AN	NP	DP	DP	DP
PP	AN	AR	AR	AR	RE
PPS	AN	AN	AR	DP	AR
PR	AN	AN	DP	NP	DP
PRB	AN	AP	AR	AR	DP
PRP	AN	Sem Diretório	DP	AN	AN
PRTB	NP	NP	NP	NP	Sem Diretório
PSB	AN	AN	AR	AR	AP
PSC	AN	AN	DP	DP	DP
PSDB	AN	AN	AR	DP	RE
PSDC	NP	NP	NP	DP	AP
PSL	NP	NP	NP	NP	NP
PSOL	AN	AN	AN	RE	AP
PSTU	NP	NP	NP	NP	DP
PT	AN	AN	DP	RE	RE
PT DO B	NP	NP	NP	NP	AP
PTB	AN	AN	RE	RE	DP



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

PTC	AN	AN	DP	DP	DP
PTN	NP	NP	NP	NP	NP
PV	NP	AN	DP	AR	NP

Legenda:

NP – Não prestada

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

Fonte: Processos



Conclusão

O Plano Estratégico do TRE/RS concluiu o primeiro ano de cinco exercícios ao final de 2010. Para cada um dos objetivos estratégicos foram estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo.

Podemos informar que, das 37 (trinta e sete) metas fixadas, 24 (vinte e quatro) foram integralmente cumpridas, 01 (uma) cumprida parcialmente e 12 (doze) com andamento em atraso.

A análise pessimista, que contabiliza apenas as metas integralmente cumpridas, indica o percentual de 64,8%. O exame otimista, que considera as metas em andamento, indica o percentual de 97,2% .

O TRE considera apenas as suas metas integralmente cumpridas no exercício, embora as restantes estejam em estágio elevado de consecução.

Em relação aos 24 (vinte e quatro) planos e projetos principais para realização no exercício de 2010 (que constou na Introdução do Relatório de Gestão 2009), apenas 4 (quatro) não foram cumpridos.

A elaboração da Carta de Serviços do TRE e a implantação do método de gerenciamento de rotinas foram transferidos para o exercício de 2011 pelo CNJ. A disponibilização de 50% do acervo bibliográfico do Tribunal dependeu de treinamento de servidores, o que só ocorreu no mês de novembro, impossibilitando o seu cumprimento. A implantação do sistema “on line” de disponibilização de acórdãos dependeu de desenvolvimento de sistema pelos técnicos da STI que não puderam realizar o trabalho em virtude das eleições gerais. Todos esses projetos serão implementados em 2011.

Entre os 20 (vinte) projetos que foram cumpridos, destacam-se: a pesquisa de satisfação do eleitor com abrangência estadual, a autoavaliação da instituição, o monitoramento do Plano Estratégico e o comprometimento dos servidores, o programa das Eleições 2010, a construção do Datacenter, o julgamento da totalidade dos processos de conhecimento distribuídos até 31/12/07, a realização de 52 eventos do projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral”, o desenvolvimento do Programa de Instrução e Ambientação aos novos servidores e a implantação de ações de melhorias em relação ao resultado da pesquisa de clima organizacional realizada em 2009.

No próximo exercício será realizada a revisão das metas que não foram cumpridas. O fortalecimento das relações institucionais, o planejamento de serviço extraordinário, a efetividade da gestão, a responsabilidade social dos servidores, o projeto Justiça Eleitoral Presente, o aprimoramento da comunicação interna, a gestão do conhecimento, a adequação dos sistemas de Tecnologia da Informação e a segurança da informação deverão sofrer análises e correções com vistas à sua total implantação.

Salientamos que a Justiça Eleitoral alcançou a satisfação de 95,7% da população gaúcha em relação aos seus serviços em 2010, atingiu a pontuação de 174,4 no GESPÚBLICA, promoveu ações sociais e ambientais em 21,38% dos Cartórios Eleitorais, ampliou o projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral”, facilitou acesso aos serviços judiciais e administrativos, melhorou o clima organizacional, disseminou o Plano Estratégico, promoveu a melhoria da infraestrutura das Zonas Eleitorais, incrementou o ensino à distância, além de aprimorar os instrumentos de avaliação por



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

competências.

Por fim, destacamos o planejamento e execução das eleições 2010, a realização do concurso público, a conclusão do recadastramento biométrico em Canoas e a implantação do PAE - Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal.

Francisco Alexandre Bertolo Kausch,
Gestor Financeiro.

Antônio Augusto Portinho da Cunha,
Diretor-Geral.



Anexos

Anexo I - Declarações da Unidade de Pessoal




**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO SUL**

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Declaro, para fins do disposto no Anexo II da Decisão Normativa n.107/2010, que os responsáveis pelas contas, abaixo relacionados, vêm cumprindo, perante esta unidade de pessoal, com a obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993 ou apresentação de autorização de permissão de acesso à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física na Secretaria da Receita Federal, conforme Instrução Normativa P n. 13/2009:

- Antônio Augusto Portinho da Cunha;
- Maria Lúcia Martins dos Santos;
- Rosana Delgado Duro;
- Marco Antonio Duarte Pereira;
- Francisco Alexandre Bertolo Kausch;
- Daniel Wobeto;
- Hermes Rossoni;
- Paulo Ricardo Pacheco Simundi;
- Cristiano Santiago de Aguiar;
- Fernando Santos Wilhems;
- Mário Antônio de Azevedo Argemi;
- Rogério D Avila Abrunhoza.
- Carlos André Pereira da Silva

Porto Alegre, 22 de março de 2011.


Maria Lúcia Martins dos Santos,
Secretária de Gestão de Pessoas,
Tribunal Regional Eleitoral do RS.




**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO SUL**

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Declaro, para fins do disposto no Anexo II da Decisão Normativa n.107/2010, que os responsáveis pelas contas, abaixo relacionados, Juízes da Justiça Eleitoral, estão dispensados da apresentação das respectivas declarações de bens perante este Tribunal, uma vez que já cumprem esta obrigação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme decisão do Desembargador Marcelo Bandeira Pereira, nos autos do processo administrativo n. 5501/2006.

- Sylvio Baptista Neto;
- Luiz Felipe Silveira Difini;

Porto Alegre, 22 de março de 2011.


Maria Lúcia Martins dos Santos,
Secretária de Gestão de Pessoas,
Tribunal Regional Eleitoral do RS.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Relatório de Gestão – Exercício 2010

Anexo II - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA

Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	70021

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Alegre	Data	25-03-2011
Contador Responsável	Francisco Alexandre Bertolo Kausch	CRC n°	RS 42.449